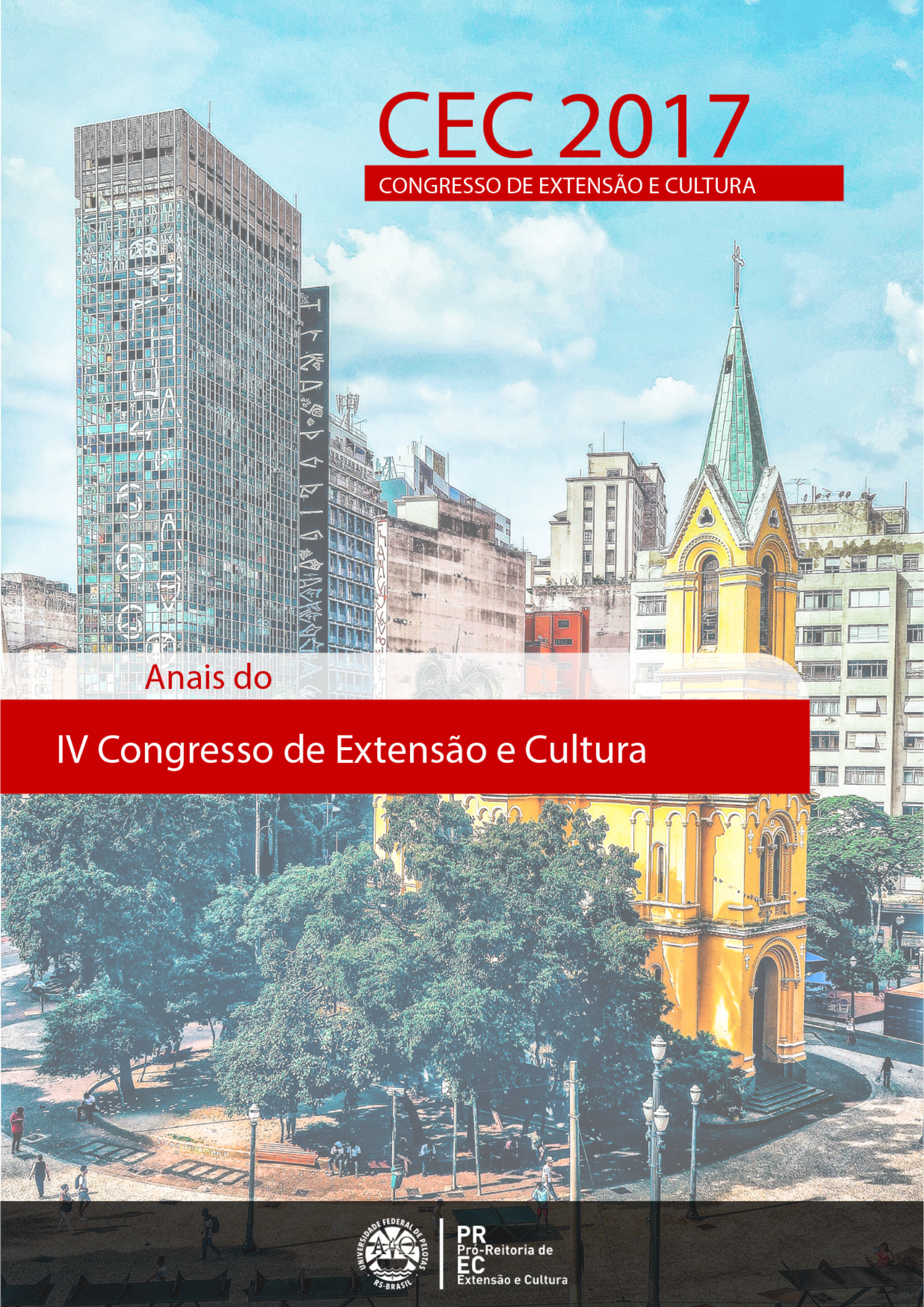
CEC 2017

CONGRESSO DE EXTENSÃO E CULTURA

Anais do

IV Congresso de Extensão e Cultura



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
RS-BRASIL

PR
Pró-Reitoria de
EC
Extensão e Cultura

Dados de Catalogação na Publicação (CIP) Internacional
Ubirajara Buddin Cruz – CRB 10/901

C749a Congresso de Extensão e Cultura da UFPel (4.: 2017: Pelotas)
Anais do... [recurso eletrônico] / 4. Congresso de Extensão e Cultura da UFPel; org. Francisca Ferreira Michelon... [et al.]. – Pelotas: Ed. da UFPel, 2018. - 2101p. : il.

ISSN: 2359-6686

Modo de acesso:
<https://wp.ufpel.edu.br/congressoextensao/anais/anais-2017/>

1. Extensão. 2. Cultura. 3. Museus. I. Michelon, Francisca Ferreira. II.Título.

CDD: 378.1554

IV CEC
Congresso de Extensão e Cultura

Organização

Comissão Científica IV CEC
Francisca Ferreira Michelon – Presidente
João Fernando Igansi Nunes
Noris Mara Pacheco Martins Leal
Taís Ullrich Fonseca

Comissão Organizadora IV CEC (acadêmicos)
Andreia Skupien Bianchini
Caroline dos Santos Tabelião
Jayne Souza Peixinho
Jardel da Silva Moura
Lisiane Gastal Pereira
Lucas Lobo Pouey
Lucas Perez Fontoura
Marlene dos Santos de Oliveira
Rafael Evangelista de Sousa
Renildo Francisco da Silva Junior
Vitor Goveia Rechia

Reitor
Pedro Rodrigues Curi Hallal
Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação
Flávio Fernando Demarco
Chefe de Gabinete
Taís Ullrich Fonseca
Vice-Reitor
Luís Isaías Centeno do Amaral
Pró-Reitor Administrativo
Ricardo Hartlebem Peter
Pró-Reitor Adjunto de Gestão da Informação
Júlio Carlos Balzano de Mattos
Pró-Reitora de Ensino
Maria Fátima Cóssio
Pró-Reitora de Assuntos Estudantis
Mario Renato de Azevedo Júnior
Pró-Reitor de Gestão de Pessoas
Sérgio Batista Christino
Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento
Otávio Martins Peres

Comissão Organizadora IV CEC
Joice Vieira Soares – Presidente
Ana Carolina Oliveira Nogueira
Andrea Lacerda Bachettini
Elias Lisboa dos Santos
Mateus Schmeckel Mota
Matheus Blaas Bastos
Nádia Najara Kruger Alves
Rose Méri Santos da Silva
Thâmisa Ramos Flores dos Santos
Vinicius Camargo Zientarski

Pró-Reitora de Extensão e Cultura
Francisca Ferreira Michelon
Coordenador de Arte e Inclusão
João Fernando Igansi Nunes
Coordenadora de Patrimônio Cultural e Comunidade
Silvana de Fátima Bojanoski
Coordenador de Extensão e Desenvolvimento Social
Felipe Fehlberg Herrmann
Núcleo de Ação e Difusão Cultural
Matheus Blaas Bastos
Núcleo de Formação, Registro e Acompanhamento
Thâmisa Ramos Flores dos Santos
Núcleo de Formação, Registro e Acompanhamento
Ana Carolina Oliveira Nogueira
Seção de Integração Universidade e Sociedade
Vinícius Camargo Zientarski
Seção de Captação e Gestão de Recursos
Mateus Schmeckel Mota
Seção de Mapeamento e Inventário
Andrea Lacerda Bachettini
Secretaria
Elias Lisboa dos Santos
Nádia Najara Kruger Alves

Designer Editorial
Matheus Blaas Bastos
Sarah Aguiar Marçal

Edição de capa
Eduardo Mendes

IV CONGRESSO DE EXTENSÃO E CULTURA

Na sua quarta edição, o Congresso de Extensão e Cultura da Universidade Federal de Pelotas reuniu extensionistas dessa Universidade e de outras, sobretudo nas sessões de apresentação de trabalhos.

Inserido na 3ª Semana Integrada de Ensino, Pesquisa e Extensão, que teve como tema "Os Desafios da Universidade Pública Contemporânea", o CEC trouxe como inovação na presente edição a supressão dos destaques, que nas edições anteriores geravam as premiações de primeiro a terceiro lugar. Os demais congressos da SIIEPE seguiram a iniciativa.

Mantendo o sistema de avaliação do resumo com vistas a qualificar a publicação dos textos, o objetivo da mudança foi o de dirigir a atuação das bancas para o debate e a reflexão sobre os conteúdos apresentados. Os avaliadores foram extensionistas voluntários - docentes, técnicos administrativos e alunos de pós-graduação - que se inscreveram no chamado da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura para esse fim.

O formato das sessões seguiu o usualmente empregado nos Seminários de Extensão Universitária da Região Sul, que ocorrem todos os anos em universidades públicas dos três estados. Em tal formato, cada trabalho é apresentado por um ou mais alunos que atuam nos projetos e prevalece a explanação sobre os resultados.Os debates ocorrem, em geral, sobre as evidências do atingimento das diretrizes básicas que norteiam a extensão universitária no Brasil, quais sejam: o envolvimento das equipes com públicos externos à universidade; a capacidade de atingir tais públicos e agir sobre a sua realidade; os resultados na formação dos estudantes envolvidos com vistas a ampliar e aprofundar a sua visão do social; a oportunidade que as equipes encontram de vivenciar a interdisciplinaridade e o potencial para associar conteúdos dos cursos com questões de pesquisa. Em especial, busca-se saber se os trabalhos evidenciam desenvolvimento do diálogo integrador entre as equipes extensionistas e as comunidades com as quais atuam.

Reunidos em sessões que cruzaram campos de ação com as áreas temáticas da extensão, os trabalhos apresentados propiciaram a divulgação do que é produzido nas unidades acadêmicas e a possibilidade de que equipes de projetos e ações possam se conhecer e se aproximar.

Os textos aqui reunidos expressam o conjunto das apresentações feitas, nas suas diversas áreas, bem como a amplitude e intensidade do que vem sendo produzido na dimensão extensionista, na UFPel, sobretudo.

Deseja-se incentivar que essa dimensão continue conquistando novos campos e envolvendo mais estudantes.

Que a presente edição dos Anais do 4º CEC possam contribuir para isso.

Francisca Ferreira Michelon
Pró-Reitora de Extensão e Cultura da UFPel

SUMÁRIO

TERRÁRIO SUSTENTÁVEL, MICROCLIMA E ARTE EM VIDRO: UMA PERSPECTIVA DE ENSINO E ALTERNATIVA PARA GERAÇÃO DE RENDA 10
ALEX GARRIDO; FÁBIO ANDRÉ SANGIOGO

MONITORAMENTO METEOROLÓGICO DE CIDADES DA SERRA DO SUDESTE - RS 16
ALLEF PATRICK CAETANO DE MATOS; LUIZ GABRIEL CASSOL MACHADO; FERNANDO RAFAEL BATISTA RIBEIRO JUNOR; ANDRÉ BECKER NUNES

TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA: ESTUDO DA VIABILIDADE EM ASSENTAMENTO NO MUNICÍPIO DE ARROIO GRANDE – RS 21
AMANDA RICKES CROCHEMORE; CAMILA SCHWANSON MADRUGA; CAMILA QUINTANA LOPES; CRISTINA HALLAL DE FREITAS; PEDRO RASSIER DOS SANTOS5; PATRÍCIA DA SILVA NASCENTE

INCUBAÇÃO DO EMPREENDIMENTO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA SONHOS ENTRELAÇADOS Z3 26
ANA CAROLINA BILHALVA DREHMER; AMÓS JUVÊNIO PEREIRA DE MOURA; HENRIQUE ANDRADE FURTADO DE MENDONÇA; MARIA REGINA CAETANO COSTA

ANÁLISE DE MERCADOS LOCAIS DE TRABALHO: DO CONHECIMENTO DA REALIDADE SOCIAL EM DIREÇÃO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS 31
HILBERT DAVID DE OLIVEIRA SOUSA; RAFAELLA EGUES DA ROSA;ANA CRISTINA PORTO FABRES; FRANCISCO E. B. VARGAS

IN(TER)VENÇÃO NO COMPLEXO INSTITUCIONAL E ORGANIZACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DE PELOTAS E REGIÃO: RELATO E REFLEXÕES ...37
IAGO MARAFINA DE OLIVEIRA; JOSÉ RICARDO KREUTZ

PROJETO DE VOLEIBOL FEMININO ADESP: INTEGRANDO GERAÇÕES ATRAVÉS DO ESPORTE 41
JAQUELINE DO AMARAL BOANOVA; LUCIANO VIANA BARBOZA; FERNANDA DE SOUZA TEIXEIRA; JOSÉ ANTONIO BICCA RIBEIRO

CONTRIBUIÇÕES À MICROECONOMIA: A FEIRA VIRTUAL BEM DA TERRA.....47
MARIA LAURA VICTÓRIA MARQUES; JOSÉ RICARDO KREUTZ

ASSESSORIA TÉCNICA EM SAÚDE NA PRODUÇÃO LEITEIRA DE BASE AGROECOLÓGICA EM ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA NA REGIÃO SUL DO BRASIL.....53
NATIELE ISAURA DE ALMEIDA VEECK; TÁSSIA GOMES GUIMARÃES; ALESSANDRA JACOMELLI TELES; GIOVANI GIROLOMETTO; LUIZ CARLOS PILZ; LUIZ FILIPE DAMÉ SCHUCH

NOVAS NARRATIVAS SOBRE TRABALHO DOMÉSTICO NOS CASARÕES: VISIBILIDADE E RESISTÊNCIA 59
SIMONE FERNANDES MATHIAS; MARTHA RODRIGUES FERREIRA; MAYSA LUANA SILVA; LOUISE PRADO ALFONSO; FLÁVIA MARIA SILVA RIETH

PROMOÇÃO DE DESENVOLVIMENTO E BEM ESTAR SOCIAL: RELATO DE VIVÊNCIA NA OPERAÇÃO RONDÔNIA CINQUENTENÁRIO EM RIO CRESPO-RO.....64
THAÍS ESTÉRCIO; GISELE CRISTINE HARTWIG; LUCAS MARTINS CHRIST[3] BELNI SPERLUCK BELMONTE; DÉBORA CRISTINA NICHELLE LOPES; LUCIANA MARINI KOPP

ETNODESENVOLVIMENTO E EMPODERAMENTO EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS E INDÍGENAS.....69
VERIDIANA OLIVEIRA; LANNI LOURENÇO; NATÁLIA AZEVEDO PEREIRA; LORI ALTMANN; ROSANE APARECIDA RUBERT

TRABALHO

TERRÁRIO SUSTENTÁVEL, MICROCLIMA E ARTE EM VIDRO: UMA PERSPECTIVA DE ENSINO E ALTERNATIVA PARA GERAÇÃO DE RENDA

ALEX GARRIDO[1]; FÁBIO ANDRÉ SANGIOGO[2]

[1]*Universidade Federal de Pelotas, CCQFA, LABEQ – alex.garrido@ufpel.edu.br*
[2]*Universidade Federal de Pelotas, CCQFA, LABEQ – fabiosangiogo@gmail.com*

1. APRESENTAÇÃO

O projeto de extensão presente tem como tema a sustentabilidade ambiental com enfoque socioeconômico, ou seja, está norteado pelas perspectivas de sustentabilidade e relações socioeconômicas a partir da proposta do *Terrário Sustentável Microclima e Arte em Vidro: Uma Perspectiva de Ensino e Alternativa para Geração de Renda*. A oficina foi desenvolvida como projeto piloto apresentado e executado na Casa de Cultura Las Vulvas, localizada na cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul. O projeto atualmente visa contemplar a extensão universitária e construir com as bases no modelo do projeto piloto uma prática socioeconômica de reconhecimento dos conhecimentos em biologia e química, a partir da educação popular de Paulo Freire na Colônia de Pescadores São Pedro Z-3.

A oficina tem objetivo de desenvolver nos participantes um conjunto de compreensões acerca de alguns princípios da Comissão das Nações Unidas (ONU), com o tema Desenvolvimento Sustentável. Ela foca alguns dos seus indicadores, tais como: ambiente; desenvolvimento econômico; educação; padrões de consumo; produto e biodiversidade nas concepções que abarcam as ideias de sistema ecológico em um Microclima ou microambiente, com vistas à formação de multiplicadores com enfoque socioeconômico.

A oficina Terrário Sustentável se baseou na formação popular cidadã, com a perspectiva de educação não formal de Paulo Freire, que busca enfatizar a importância da educação popular em espaços informais. Segundo BRANDÃO (2002), existem quatro posturas visíveis quando se trata de refletirmos a respeito da educação popular, uma delas está ligada à importância do viés cultural da educação popular, que se encontra mais associada ao campo dos movimentos sociais do que à própria educação, pelo fato de ser senso comum a não percepção do viés político e militante, mas apenas como prática profissional. No entanto, vislumbramos a prática sistematizada que pos-

sibilita discutir conceitos e conteúdos escolares a partir do microclima estabelecido na estrutura da “planta no vidro”.

Segundo FREIRE (1987), a pedagogia libertadora prevê uma práxis revolucionária, essencialmente autêntica na condução de uma teoria que não se separa da prática. Ao contrário, se caracteriza pela ação dialógica que ela estabelece entre si, supõe a superação da visão mecanicista de educação e das dicotomias na relação teoria-prática. Nesse sentido, é preciso fazer com que o educando se dê conta de seu próprio processo de conscientização, haja vista que ninguém é sujeito da educação de ninguém, a não ser de si mesmo. Não é possível, portanto, falar de educação popular que não se reflete, não se inove, e não se promova à superação em sua própria prática. É um ato criativo e rigoroso no uso de mecanismos e metodologias na formação de subjetividades individuais e coletivas na qual anseia a integração de diferentes *práxis*.

É com base nessa perspectiva que Paula, Silva e Nascimento Junior (2013), afirmam que no contexto do terrário podemos perceber os ciclos de água, nutrientes, troca de gases com a planta, que ocorrem em pequena escala, através das interações dos componentes bióticos e abióticos dentro do terrário e que permitem a compreensão das relações existentes nos diferentes ecossistemas. É possível perceber também, com a ajuda de outras ferramentas, a interação entre o homem e o meio ambiente, e as alterações a que este último está sujeito. Espera-se que com a utilização do terrário, seja possível desenvolver um pensamento crítico no processo de construção e promover momentos de descontração.

O meio ambiente e as implicações ecológicas derivadas de ações humanas fazem parte de todos (BOTELHO, 2008). No entanto, segundo PHILIPPI JR. e PELICIONI (2005), a Educação Ambiental (EA) implica na interdisciplinaridade e em experiências educativas que provocam a percepção integrada do meio ambiente, ao destacar a necessidade de possibilitar ao participante uma ação mais racional e capaz de atender às necessidades sociais.

2. DESENVOLVIMENTO

A metodologia baseada em uma perspectiva freireana se constituiu de três etapas: 1) Obtenção dos Materiais; 2) Preparação dos materiais; 3) Abordagem teórica, execução e montagem dos terrário.

Para garantir a obtenção dos materiais necessitamos identificar potenciais parceiros que possam contribuir com resíduos aos quais considerem parte do seu processo de produção e dispensável para serem reutilizados em seus processos de mecanização sistemática de produção. Um dos parceiros principais apresentados nesta oficina está vinculado a Universidade Federal de Pelotas (UFPel), a Fundação de Apoio Universitário (FAU), responsável pelos Restaurantes Universitários (RU). A FAU contribuiu com a doação dos vidros de conservas de alimentos que são geralmente dispensados ou devolvidos a empresas de produtos alimentícios. Consideramos essa parceria fundamental no processo de obtenção de materiais, e tal contribuição garantiu que a oficina tivesse uma padronização.

Outro parceiro do processo de obtenção dos materiais foi à Casa de Cultura Las Vulvas que participou com espaço, e subsidiou os materiais: Terra, mudas, corante alimentícios. Outro parceiro emergiu de um representante da comunidade que contribuiu com areia, que estava inservível em sua calçada, sendo levada constantemente pelas chuvas. Das extrações e coletas de materiais da natureza, foram coletadas conchas na Praia do Laranjal. No entanto, cabe destacar que tais coletas de resíduos da natureza não devem ter caráter predatório.

A Preparação dos Materiais ocorreu de forma simples e manual. Um dos principais processos se dividiu em dois momentos, peneiração da areia e adequar a coloração das areias com os tons e cores advindos de corantes alimentícios. Organizar as plantas e a higienização dos vidros são passos importantes e indispensáveis para não haver a intoxicação das plantas do Terrário.

3. RESULTADOS

Em duas bancadas foram colocados 9 vidros e os participantes ficaram próximos aos vidros, enquanto recebiam instruções teóricas acerca dos conteúdos. Foram trabalhados os seguintes conteúdos e assuntos: Ecologia, capacidade do suporte, sustentabilidade, equilíbrio ecológico e inter-relações socioeconômicas. Dos conteúdos e assuntos específicos, trabalhou-se: ciclo da água, ciclo do nitrogênio, vida e nutrientes, conceitos de pressão e gases ideais, suporte e solo como limitante de nutrientes, mudança de estado físico, fisiologia vegetal, desenvolvimento vegetal e microclimas.

Os vidros e as tapas foram higienizados com sabão em pó (Imagem 1 e 2), para retirar resíduos ácidos oriundos do processo de conserva de alimentos, após colocamos os vidros para secagem ao ambiente.

Imagem 1 e 2: Higienização dos Vidros e das tampas.
Autoria: Fotografia do autor principal.

O processo de preparo da coloração da areia de construção (Imagem 3 e 4), se deu pela peneiração da areia e logo após, a etapa para o processo das cores e tons de areias variadas, para representar as camadas do solo decorativo do terrário.

Imagem 3 e 4 - Processo de coloração das areias.
Autoria: Fotografia do autor principal.

O último momento da preparação dos materiais foi catalogar as espécies (plantas) adquiridas para que os participantes da oficina pudessem plantar em seus terrários.

A etapa de Abordagem Teórica, Execução e Montagem do Terrário Sustentável (Imagem 5 e 6), constitui-se em abordar inicialmente os conhecimentos prévios dos participantes que, de acordo com DELIZOICOV (2011, com base em Paulo Freire e Goerge Snyders), permite que esses fundamentos estruturem práticas educativas relativas aos aspectos da veiculação do conhecimento a ser ensinado.

Imagem 5 e 6: Sondagem sobre a abordagem Teórica e a apresentação final dos Terrários Sustentáveis e Microclima a Arte em Vidro.
Autoria: Fotografia do autor principal.

4. AVALIAÇÃO

Podemos concluir que a oficina Terrário Sustentável permite abordar a teorização dos conteúdos e conceitos durante a oficina. As discussões permitem problematizar situações advindas dos objetivos da oficina, a partir da sondagem dos conhecimentos prévio dos participantes e das explicações sobre a elaboração do terrário. Uma das dimensões da extensão universitária com as relações socioculturais dos sabers populares é melhorar as práticas por meio dos conhecimentos científicos, visando a superação do senso comum.

Os participantes relataram que desejam seguir reproduzindo a oficina como meio de gerar renda, desenvolver estudos acadêmicos em microclimas a partir da concepção da oficina, produzir subprodutos artesanais e como roby.

Quanto ao foco do desenvolvimento sustentável, os participantes compreenderam à importância de trabalhar com os resíduos industriais e naturalmente produzidos pela natureza, buscando a reutilização desses produtos considerados inservivéis. Melhorar as suas práticas com enfoque na Educação Ambiental com desenvolvimento econômico, buscamos esclarecer meios para identificar as potencialidades e possibilidades, destacando formas de obtenção dos materiais, através de parcerias, coleta não extrativista com prejuízo ambiental. Afinal, é possível ter um produto de mercado que atribua com valores culturais, éticos com respeito as leis ambientais e a promoção da sustentabilidade para geração de renda.

5. REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A educação popular na escola cidadã.** São Paulo: Editora Vozes, 2002.

DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. A.; PERNAMBUCO, M. M. **Ensino de ciências:** fundamentos e métodos. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BOTELHO, L.A. O terrário como instrumento organizador da aprendizagem em Ciências da 8ª Série (9° Ano). **Caderno Pedagógico de Ciências. Secretaria de Estado da Educação** – SEED. Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE Universidade Tecnológica Federal do Paraná. 2008

PHILIPPI Jr., A.; PELICIONI, M. C. F. **Educação ambiental e sustentabilidade**. Barueri, SP: Ed. Manole, 2005. Vida Sustentável. Disponível em: <http://www.vidasustentavel.net/sustentabilidade/o-que-e-sustentabilidade/>. Acesso em 3 de Janeiro de 2017.

PAULA, Joberth Rainner Baliza de; SILVA, Mateus Paulo da; NASCIMENTO JUNIOR, Antonio Fernandes. **O terrário no Ensino da Ecologia: Uma proposta para a formação inícial de professores:** IX- Fórum Ambiental da Alta Paulista. Educação Ambiental, São Paulo, v. 9, n. 9, p.25-25, set. 2013. Disponível em: <http://repositorio.ufla.br/bitstream/1/12658/1/ARTIGO_O terrário no ensino da ecologia - uma proposta para a formação inicial de professores.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2017.

MONITORAMENTO METEOROLÓGICO DE CIDADES DA SERRA DO SUDESTE - RS

ALLEF PATRICK CAETANO DE MATOS[1]; LUIZ GABRIEL CASSOL MACHADO[2]; FERNANDO RAFAEL BATISTA RIBEIRO JUNOR[3]; ANDRÉ BECKER NUNES[4]

[1]Universidade Federal de Pelotas 1 – allefpatrickmatos@hotmail.com
[2] Universidade Federal de Pelotas– luiz.gabriel@live.com
[3]Universidade Federal de Pelotas - fernando.rafael23@yahoo.com.br
[4]Universidade Federal de Pelotas – beckernunes@gmail.com

1. APRESENTAÇÃO

As atividades de extensão são uma forma de estabelecer um diálogo e interação entre a universidade e a comunidade externa. Através dessas atividades leva-se o conhecimento adquirido na formação acadêmica até a sociedade e de onde se adquire também conhecimento e experiência mediante essa interação, cruciais para a formação do aluno. O Programa de Educação Tutorial (PET) da Faculdade de Meteorologia da UFPEL, como todo programa PET tem em seus pilares o ensino, a pesquisa e a extensão. Visando esta filosofia alunos, integrantes do programa, têm desenvolvido uma atividade de extensão que consiste no monitoramento das condições meteorológicas de algumas cidades da região da Serra do Sudeste, nos municípios de Pinheiro Machado e Pedras Altas, junto a comunidade e a autoridades da região, visando fornecer embasamento científico para o desenvolvimento de algumas atividades agrícolas e promoção do turismo na região. Até então não havia uma atividade de extensão que pudesse promover a interação da Faculdade de Meteorologia com as prefeituras e comunidades locais desses municípios.

2. DESENVOLVIMENTO

O acompanhamento das condições meteorológicas se dá através de estações meteorológicas adquiridas com recursos pessoais dos alunos e instaladas nestes municípios. Em Pinheiro Machado foram instaladas duas estações (Fig 1), uma no parque Charrua junto ao sindicato rural (instalada dia 12 de Janeiro), estando a uma altitude de 450 m , e outra em uma propriedade particular na localidade do Passo dos Pires

(instalada dia 16 de Julho), a 290 m de altitude distante 8 km do centro da cidade. Essas estações são de modelo Davis Pro-2 6162, possuindo sensores de temperatura, umidade relativa, pressão atmosférica, velocidade e direção do vento, e precipitação. Em Pedras Altas a estação está instalada em propriedade particular (desde 4 de abril, Fig 1), distante 2 km do centro da cidade a uma altitude de 330 m. Essa estação é de modelo Ambiente Weather 1400-IP e possui sensores de temperatura, umidade, pressão atmosférica, direção e velocidade do vento, precipitação, além de radiação solar e índica ultravioleta. As estações podem ser acompanhadas em tempo real, através da internet fornecida pelos responsáveis dos lugares.

Figura 1 – Estação meteorológica de Pinheiro Machado –Parque Charrua (a esquerda), estação meteorológica de Pinheiro – Passo dos Pires (no meio) e estação meteorológica de Pedras Altas (a direita).

3. RESULTADOS

Essas cidades têm apresentado temperaturas médias mais baixas que a região de entorno. Pinheiro Machado durante o inverno apresentou temperaturas médias mais baixas que a estação particular do sítio Água da Rainha em São Francisco de Paula. Este resultado evidencia o que fora apresentado por Matos et al. (2017) de que o efeito da latitude pode fazer com que cidades de altitude mais baixas tenham invernos mais frio que os de cidades mais altas de latitudes menores. Dessa forma Pinheiro Machado e Canguçu apresentam invernos mais frios que os da região de Canela (região tradicional de turismo do frio), por exemplo. Esse resultado fora apresentado às autoridades competentes para que estimulasse o desenvolvimento do turismo do frio na região, a semelhança da região

de Canela e Gramado. Durante os dias 16 e 18 de Julho de 2017, os acadêmicos petianos Allef Patrick Caetano de Matos, Fernando Rafael Batista Ribeiro Junior e Luiz Gabriel Cassol Machado estiveram em Pinheiro Machado para acompanhar a passagem de uma intensa massa de ar frio pela região. Os acadêmicos registraram a queda de neve granular no município (figura 2) na noite do dia 16 e posteriormente, no dia 18, registraram congelamento de superfícies líquidas expostas ao relento devido a combinação de temperatura negativa, que chegou a -1,6ºC com as rajadas de vento que se aproximavam de 30 km/h (figura 3). Esses registros fotográficos e em vídeo foram divulgados em vários veículos de comunicação, como a Rádio Guaiba, jornal Zero Hora, entre outros. O projeto de monitoramento tornou-se matéria da Zero Hora. A estação na localidade do Passo dos Pires foi instalada pelo fato dessa região ser em baixada, o que em noites de céu claro e pouco vento favoreceria ao acúmulo de ar frio já que este possui densidade maior, tendendo a escoar para os lugares baixos. Sendo assim Passo dos Pires apresentaria um grande potencial para temperaturas baixas, como vem apresentando ao longo deste período. A estação de Pedras Altas foi instalada a pedido das autoridades do município a fim de fornecer informações meteorológicas para agricultura e pecuária da região, entretanto esta também vem apresentando temperaturas baixas o que poderá ser usado para as atividades de turismo na cidade.

Figura 2 – Neve granular em Pinheiro Machado na noite do dia 16/07/2017.

Figura 3 – Corpo d'agua congelado em Pinheiro Machado no amanhecer do dia 18/07/2017.

Em relação à a gricultura, alguns produtores rurais tem produzido uva e oliva na região, devido as condições climáticas favoráveis. As estações meteorológicas visam também fornecer informações precisas para cooperar com esses agricultores, a fim de potencializar a produção e minimizar perdas. Principalmente pelo fato de estudos sobre a potencialidade da produção de oliva ser escasso no Brasil.

4. AVALIAÇÃO

As estações meteorológicas fornecerão um panorama climático dessas cidades, cruciais para o desenvolvimento das atividades econômicas. Após um período de tempo maior, fornecerão informações com maior segurança que poderão revelar as potencialidades para o turismo, no que tange as baixas temperaturas, e para que se crie um zoneamento climático dessas cidades. O zoneamento climático consiste em conhecer o clima da região e dessa forma estabelecer quais cultivos agrícolas se adequam as características climáticas desses lugares. De acordo com Wollmann et al. (2013), delimita a aptidão das regiões de cultivo quanto ao fator clima em escalas macroclimáticas e regionais. Sendo

assim é possível indicar áreas favoráveis ao cultivo de determinada cultura e os melhores períodos para semeadura. Através do zoneamento é possível inclusive estabelecer aptidões com relação a produção pecuária. Portanto essa atividade de monitoramento visa cooperar com as autoridades para o desenvolvimento das atividades economicas e bem estar das comunidades locais.

5. REFERÊNCIAS

Radio Guaiba. Disponível em: < http://www.radioguaiba.com.br/noticia/pinheiro-machado-registra-neve-granular-nesta-madrugada/>. Acesso em: 04/10/2017

Zero Hora. Disponível em: < http://videos.clicrbs.com.br/rs/zerohora/video/zero-hora/2017/07/leitor-registra-neve-pinheiro-machado-nesta-madrugada/187313/>. Acesso em: 04/10/2017

Zero Hora. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2017/07/euforia-e-frio-absurdo-a-historia-dos-estudantes-que-flagraram-neve-granular-em-pinheiro-machado-cj58i4vyb002h0149r7iv9r5b.html>. Acesso em: 04/10/2017.

WOLLMANN, Cássio Arthur; GALVANI, Emerson. Zoneamento agroclimático: linhas de pesquisa e caracterização teórica-conceitual. **Sociedade & Natureza**, v. 25, n. 1, 2013.

TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA: ESTUDO DA VIABILIDADE EM ASSENTAMENTO NO MUNICÍPIO DE ARROIO GRANDE – RS

AMANDA RICKES CROCHEMORE[1]; CAMILA SCHWANSON MADRUGA[2]; CAMILA QUINTANA LOPES[3]; CRISTINA HALLAL DE FREITAS[4]; PEDRO RASSIER DOS SANTOS[5]; PATRÍCIA DA SILVA NASCENTE[6]

[1]*Universidade Federal de Pelotas/FAEM/Curso de Zootecnia – amanda_rickes@hotmail.com*
[2]*Universidade Federal de Pelotas/FAEM/Curso de Zootecnia –milacerrito@hotmail.com*
[3]*Universidade Federal de Pelotas/FAEM/Curso de Zootecnia – camila_dilopes@hotmail.com*
[4]*Universidade Federal de Pelotas – cristinahallal@live.com*
[5]*Universidade Federal de Pelotas/Curso de Biologia – rassier1907@gmail.com*
[6]*Universidade Federal de Pelotas/Instituto de Biologia – pattsn@gmail.com*

1. APRESENTAÇÃO

A agropecuária é a base da produção brasileira, porém a agricultura familiar enfrenta dificuldades na viabilização da sua produção, sendo assim, as práticas agroecológicas, sustentáveis e com base tecnocientífica, auxiliam em problemas gerados pela agricultura tradicional que prioriza a máxima produção e lucro, tornando-se alternativas para o diferencial na qualidade (SANTOS et al., 2014). Para produtores, principalmente aqueles menos favorecidos com o aumento da tecnologia no campo, o valor agregado aos produtos agroecológicos é incentivo por perceber nesta prática uma melhoria das condições de vida, tanto ambiental quanto financeira, porém é necessário que o pecuarista esteja compromissado com a preservação ambiental e vise a excelência do produto a ser obtido.

Essa atual exigência de mercado é oportunidade de crescimento para a atividade das famílias, prometendo retorno financeiro, uma vez que o valor pago a esse tipo de produto é maior que o obtido com leite de produção convencional. O leite obtido da agroecologia difere da pecuária convencional por não conter resíduos químicos de qualquer espécie, possuindo mesmo sabor e valor nutritivo, podendo ser consumido puro, em lactoderivados ou incorporado a outros produtos alimentícios.

Com isto, o Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão para Produção Agroecológica de Leite (NEPEL) iniciou em 2017 um projeto multidisciplinar para prospectar, conduzir, instrumentalizar e acompanhar a efetividade de ações de manejo durante o processo de transição agroecológica sobre a regeneração da biodiversidade (animal, vegetal e microbiana) em propriedades rurais para uso sustentável e produção de leite agroecológico. No momento, o NEPEL é composto pelos seguintes projetos:

1. Bovinocultura leiteira: fungos e micotoxinas em leite cru refrigerado e com mastite – Patrícia da Silva Nascente.

2. Boas práticas na produção agroecológica de leite – Giniani Dors.

3. Qualidade da água em propriedades de bovinocultura leiteira em processo de conversão agroecológica – Anelise Vicentiini Kuss.

4. Guia fotográfico para identificação de plantas de propriedades leiteiras em transição agroecológica do extremo sul do Rio Grande do Sul – Raquel Lüdke.

5. Educação ambiental para conversão agroecológica na bovinocultura de leite – Anelise Vicentiini Kuss.

Dentre os objetivos do Programa, destaca-se:

1- Elaborar diagnóstico ambiental das propriedades: será realizada a determinação dos índices de fragilidade e o mapeamento ambiental da área, possibilitando a indicação de áreas nas quais os graus de fragilidade são mais baixos, com maiores opções de uso e ocupação; e aquelas de graus de fragilidade mais altos, áreas mais vulneráveis, áreas vulneráveis, nas quais as opções de uso são mais reduzidas. A fragilidade está associada à susceptibilidade do sistema de sofrer intervenções o que pode desestabilizar o estado de equilíbrio dinâmico do sistema.

2- Pesquisar a concepção dos produtores quanto aos problemas ambientais presentes em suas unidades de produção para promover atividades de educação ambiental.

3- Caracterizar as alterações da biodiversidade animal e vegetal nas propriedades durante o processo de transição agroecológica.

4- Realizadas coletas bimestrais em cada uma das propriedades elencadas no projeto, registrando a presença de animais, insetos e fauna edáfica através de fotos e capturas por métodos específicos para cada grupo. O diagnóstico da vegetação será realizado através de caminhadas pela propriedade, objetivando a identificação e localização de áreas preservadas bem como de áreas de regeneração.

5- Avaliar os resultados, em produtividade e qualidade de leite, da implementação do manejo ecológico de pastagem.

6- Avaliar o impacto das ações de manejo sobre a qualidade microbiológica da água e do solo.

7- Controlar ectoparasitas e endoparasitas nos animais inseridos no processo de transição agroecológica através do manejo das pastagens e utilização de produtos naturais.

8- Bioprospectar microrganismos para utilização como microrganismos eficientes.

9- Elaborar material didático e divulgar os resultados parciais e finais obtidos.

10- Realizar reuniões quinzenais com os coordenadores de projetos envolvidos no Programa para discussão das metodologias e resultados obtidos.

2. DESENVOLVIMENTO

A agroecologia valoriza a biodiversidade, pode ser implantada em pequenas propriedades, principalmente quando há base na agricultura familiar, utiliza diferentes manejos que proporcionam a renovação dos recursos da própria propriedade, abrangendo diversas áreas do conhecimento, no âmbito agrário e social prioritariamente. Um método bastante utilizado para identificar o grau da transição para a agroecologia é a noção de níveis propostos por Gliessman (2000), onde há três níveis:

Nível 1: redução do uso de insumos químicos por razões econômicas sem se preocupar com a utilização de insumos alternativos;

Nível 2: onde se inicia o processo de substituição de práticas e insumos químicos para àqueles de base ecológica;

Nível 3: é um estágio mais avançado, onde ocorre o redesenho do agroecossistema por técnicas integradas, reestruturando a propriedade a partir do enfoque ecológico.

O programa desenvolvido pelo NEPEL conta com a participação integradora de diversas áreas das ciências agrárias, biológicas e sociais, podendo citar a presença de alunos dos cursos de Agronomia, Ciências Biológicas, Engenharia Ambiental e Sanitária e Zootecnia, o que possibilita a multidisciplinariedade (DA SILVA et al., 2017). O município que deu início ao projeto foi Arroio Grande, situado ao sul do estado do Rio Grande do Sul, no Assentamento Novo Arroio Grande, onde se estuda a viabilidade da implantação da transição de produção leiteira tradicional (convencional) para produção leiteira agroecológica.

Para a seleção das propriedades participantes foi realizada uma reunião prévia junto de nove famílias do assentamento de reforma agrária da região que inicialmente mostraram-se interessados, reunião onde foi apresentado o projeto.

As primeiras visitas nas propriedades foram realizadas com o intuito de conhecer e caracterizar o território em si, atentando-se individualmente a detalhes como: o que estava sendo produzido (diversidade vegetal e animal); presença de plantas indicadoras de

qualidade do solo; organização da área da propriedade verificando presença ou ausência de poço para captação de água potável, fossa séptica para coleta de dejetos, posicionamento da casa da família e de instalações (como o lugar onde ficavam os animais, plantações e aguadas); verificação da incidência de parasitas nos animais; e verificação da presença ou ausência de área de preservação ambiental.

Como o projeto prioriza transformar as propriedades leiteiras tradicionais (convencionais) em uma produção de leite agroecológico, vem sendo utilizado os conhecimentos técnicos sobre os processos naturais e biológicos de cultivos e criações visando modificar gradativamente os hábitos no manejo dos animais dentro da criação. Para aplicar estes conhecimentos são realizadas visitas mensais nas propriedades, onde há explicação, proposta e acompanhamento de algumas melhorias que visam o aumento de qualidade e produtividade da criação, além da confecção de material instrucional, folders e modelos explicativos.

3. RESULTADOS

Por se tratar de um projeto extenso e com modificação gradativa, não há resultados ainda concretizados, podendo ter como classificação segundo Gliessman (2000) o início do nível 1. Portanto, espera-se que ao decorrer do projeto haja maior organização e conscientização dos produtores no cuidado com o ambiente e saúde dos animais, melhoria das condições de vida da família (com o aumento da renda e diminuição de gastos com insumos externos) e da qualidade do leite.

Das nove propriedades interessadas, cinco não foram receptivas em mostrar a propriedades no que diz respeito as condições em que se encontravam as instalações e com isso começaram a mostrar desinteresse nas propostas levadas pelo grupo sobre o projeto a ser realizado. Assim, permaneceram apenas quatro famílias comprometidas e envolvidas na implantação da agroecologia em sua produção, onde foram realizadas posteriores coletas para verificação da qualidade de água e destinação de dejetos, buscando, além de benefícios para a produção, bem-estar e segurança para a família, foram também coletadas amostras para verificação da qualidade do leite dos tanques de resfriamento.

4. AVALIAÇÃO

A avaliação das propriedades quanto ao processo de transição agroecológica ainda não foi avaliada e estima-se que ocorra no mínimo em dois anos de acompanhamento. O trabalho recente que vem sendo realizado pela comunidade acadêmica, juntamente com as famílias assentadas tem como importância disseminar conhecimentos teóricos científicos e de contrapartida a possibilitar aos graduandos conhecerem as diferentes realidades na área agropecuária do país.

5. REFERÊNCIAS

DA SILVA, A. M. et al. AGROECOLOGIA COMO CIÊNCIA MULTIDICIPLINAR QUE TRANSFORMA A AGRICULTURA CONVENCIONAL EM AGRICULTURA SUSTENTÁVEL: Práticas Desenvolvidas pelo Serviço de Tecnologia Alternativa–SERTA. **Cadernos de Agroecologia**, v. 11, n. 2, 2017.

GLIESSMANN, S. Agroecologia: **Processos ecológicos para uma agricultura sustentável.** Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000. 653 p.

SANTOS, C. F.; SIQUEIRA, E. S.; ARAÚJO, I. T.; MAIA, Z. M. G. A agroecologia como perspectiva de sustentabilidade na agricultura familiar. **Ambiente & Sociedade**, v.17, n.2, p. 33-52, 2014. Acessado em: 01/10/2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v17n2/a04v17n2.pdf>.

INCUBAÇÃO DO EMPREENDIMENTO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA SONHOS ENTRELAÇADOS Z3

ANA CAROLINA BILHALVA DREHMER[1]; AMÓS JUVÊNIO PEREIRA DE MOURA[2]; HENRIQUE ANDRADE FURTADO DE MENDONÇA[3]; MARIA REGINA CAETANO COSTA[4]

[1]*Universidade Federal de Pelotas – anacarolinadrehmer@gmail.com*
[2]*Universidade Federal de Pelotas – ajpereirademoura@gmail.com*
[3]*Universidade Federal de Pelotas – henriqueafm@gmail.com*
[4]*Universidade Federal de Pelotas – reginna7@yahoo.com.br*

1. APRESENTAÇÃO

Pretende-se neste trabalho apresentar a situação do Empreendimento de Economia Solidária (EES) Sonhos Entrelaçados Z3, formado por mulheres pescadoras de Pelotas/RS, no qual é acompanhado pelo Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Extensão em Tecnologias Sociais e Economia Solidária (TECSOL), desde 2015, através da Pró-Reitoria de Extensão (PREC) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). O TECSOL atua através do programa "Bem da Terra - 'rede de redes' num circuito local de comércio justo e solidário (CLCJS)" que teve início em 2016 e continua em vigor no ano de 2017. A equipe de extensionistas (professores, bolsistas e colaboradores) do TECSOL se organiza através de Grupos de Trabalho (GTs), sendo que cada um desses GT's atua em determinado segmento relacionado a atuação do TECSOL enquanto incubadora de Economia Solidária.

A Colônia de Pescadores Z3, segundo distrito do município de Pelotas, tem uma população de 3.166 habitantes, segundo o Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Foi fundada em 29 de junho de 1921 através da lei 2.544/21, tendo a denominação inicial de Colônia de Pescadores São Pedro e 40 famílias. Sua criação tinha como objetivo ocupar com pescadores que conhecessem as regiões litorâneas para defesa nacional em caso de guerra. A população está ligada, direta e indiretamente, a atividade pesqueira, sendo a principal atividade extrativista econômica da Colônia Z3.

A comunidade da Colônia de Pescadores Z3 enfrenta diversas problemáticas sociais comuns em lugares onde existe carência da ação do poder publico e problemas socioeconômicos da população, como conflitos relacionais, problemas ambientais e

carência de atividades que gerem renda para as famílias. Segundo RUAS (2005, p.40), "apesar de próxima do seu respectivo centro urbano, a colônia de pescadores de Pelotas apresentar uma vida quase que totalmente alheia ao movimento sócio-econômico-financeiro de sua sede municipal."

Observou-se, assim, a necessidade de inserção e apoio à comunidade. Nesta perspectiva, propôs-se o assessoramento – através do GT Z3[1], às mulheres pescadoras começando a fase de Pré-incubação. Acreditava-se que o apoio às pescadoras contribui para o resgate da autoestima do grupo e das individualidades, mas especialmente a possibilidade de autonomia autogestionária daquele coletivo.

Em 2016, as mulheres pescadoras passaram para a etapa de incubação e a formar um EES chamado Sonhos Entrelaçados Z3 - escolha a partir de reuniões e debates. Houve a criação da identidade visual a partir de desenhos das integrantes e escolha conjunta da melhor representação do empreendimento. Havia uma organização onde cada mulher participante do EES produzia um determinado produto que era vendido na Feira Virtual Bem da Terra e em eventos nos quais foram convidadas a participar.

Atualmente, o EES Sonhos Entrelaçados Z3 continua em processo de incubação e está no caminho da confecção de um produto em comum. Em 2016, através do projeto, o empreendimento adquiriu uma prensa térmica sublimática que estampa imagens em camisetas, canecas, pratos e materiais próprios para a máquina. O objetivo do uso dessa máquina é o de alcançar a produção de um produto em comum do empreendimento.

2. DESENVOLVIMENTO

A equipe do TECSOL, quanto incubadora, trabalha a partir dos princípios do processo de Incubação, pressupondo a participação dos envolvidos. O processo de incubação para Moura (2014) se constitui pela fase de Pré-incubação - fase de aproximação da incubadora com um futuro EES; a fase de Incubação em si - há um período de trabalho com acompanhamento e assessoria da incubadora para o EES em formação e; a fase de Desincubação - o EES se encaminha para a autogestão e autonomia.

O TECSOL desenvolve atividades de extensão através de interação com os EES e os participantes na dinâmica da Feira Virtual Bem da Terra[2]. Fornecendo os conhecimentos

[1] O GT Z3 é formado, atualmente, por um professor da Agronomia, uma professora Geografia, um bolsista do Bacharel em Geografia e uma bolsista da Licenciatura em Geografia, sendo uma equipe multidisciplinar. Além da atuação de outros membros do TECSOL de acordo com a demanda do empreendimento.

[2] A Feira Virtual Bem da Terra compreende em uma ferramenta virtual de comercialização dos produtos dos EES da Associação Bem da Terra, bem como empreendimentos de outras partes do Rio Grande do Sul e outros estados que produzam a partir dos princípios da Economia Solidária.

acadêmicos necessários a partir de diálogos em reuniões e assessoria na solução de demandas e problemáticas. Para isso, utiliza-se a abordagem interdisciplinar, pois os integrantes do TECSOL são acadêmicos de diversos cursos.

O acompanhamento do GT Z3 com o EES Sonhos Entrelaçados Z3 se dá através de reuniões quinzenais na casa de uma integrante do empreendimento, na Colônia de Pescadores Z3. Nessas reuniões, prioriza-se ouvir o que as mulheres pescadoras têm a dizer, valorizando seus conhecimentos e fomentando o caminho da autogestão democrática. Tendo, assim, a troca de saberes das partes ativas no processo.

3. RESULTADOS

O EES Sonhos Entrelaçados Z3 começou com a produção de artesanato, sendo que cada integrante produzia um determinado produto. A partir disso, viabilizou-se uma renda alternativa para as famílias representadas das integrantes do empreendimento. Além disso, as integrantes puderam utilizar-se de suas capacidades e habilidades, ou seja, suas técnicas para a produção de produtos próprios relacionadas à cultura local. Assim, promoveu-se um empoderamento das mulheres pescadoras.

Percebe-se que a estrutura do EES Sonhos Entrelaçados Z3 vem sendo modificada dependendo dos fatores que envolvem a vida das integrantes do empreendimento. Assim, a produção se dá de acordo com o que as pescadoras podem ofertar para comercialização e de acordo com seus planejamentos. A organização interna sofre modificações ao longo do trajeto, bem como as integrantes do empreendimento, alterando as dinâmicas grupais.

Os produtos eram mais diversificados – nas categorias cama, mesa e banho, artigos artesanais e acessórios – tendo como tema central a Colônia Z3 e as vivências das mulheres pescadoras. Cada integrante calculava o preço dos produtos a partir dos materiais utilizados na confecção, mão-de-obra e os valores que julgavam coerentes. Uma parte do lucro era destinada ao grupo para eventuais gastos gerais, não sendo obrigatório. Os produtos eram recolhidos nas reuniões quinzenais pelo GT Z3 e levados ao Centro de Distribuição[3] (CD). O GT Z3 calculava a porcentagem a mais no preço de cada produto para manutenção do CD. Quando os produtos eram expos-

[3] O Centro de Distribuição (CD) é um lugar físico para os produtos dos EES pertencentes a Associação Bem da Terra e outros com o objetivo de comercialização e socialização entre os consumidores da Feira Virtual Bem da Terra. A Associação Bem da Terra é formada por cera de 30 EES, tendo produtores rurais e urbanos de Pelotas, Canguçu, Capão do Leão, Pedras Altas e Piratini.

tos em eventos, não tinham essa porcentagem sobre os preços sendo integralmente do empreendimento.

Atualmente, a expectativa é partir para a confecção conjunta de produtos e, assim, o encaminhamento de um EES que se diferencia de um empreendimento tradicional por a característica de produção em grupo de um produto em comum. Assim, pode-se pensar e produzir conjuntamente, sendo que os valores agora podem ser divididos entre as integrantes do EES Sonhos Entrelaçados Z3. A produção se dará a partir do uso da prensa térmica sublimática, tendo como partida a produção de camisetas personalizadas com temas da Colônia Z3. Para isso, precisará de uma nova organização interna do empreendimento e planejamento de ações.

4. AVALIAÇÃO

Conclui-se que a experiência de incubação com o EES Sonhos Entrelaçados Z3 vem proporcionando a troca de conhecimentos entre os acadêmicos e o grupo das mulheres pescadoras. Através de demandas que aparecem ao longo do assessoramento, das dinâmicas de cada reunião e do acompanhamento em exposições. A cada passo dado nas reuniões e ações da incubadora e do empreendimento, se torna mais um passo rumo à consolidação

O trabalho de extensão desenvolvido no empreendimento é de suma importância para a melhoria da vida das mulheres envolvidas. A possibilidade de comercialização de produtos das integrantes e a participação da Feira Virtual Bem da Terra, bem como eventos, traz complementação de renda para essas famílias. Além de propiciar o empoderamento dessas mulheres pela valorização de suas técnicas de produção.

5. REFERÊNCIAS

MASCARENHAS, T. S. Os conhecimentos de gestão e seus mitos. In: ITCP-USP. **A gestão da autogestão na Economia Solidária – contribuições iniciais**. São Paulo: Calábria e ITCP/USP, 2007. Cap. 3, p. 25-32.

MOURA, E. P. G. O que estamos fazendo quando incubamos? In: SCHOLZ, Robinson Henrique. E**conomia Solidária e Incubação: uma construção coletiva de saberes**. São Leopoldo: Oikos, 2014. Cap.1, p. 9-24.

RUAS, K. **Colônia de Pescadores Z – 3: sustentabilidade econômica e socioambiental.** 2005. Monografia (trabalho de conclusão) – Licenciatura Plena em Geografia, Universidade Federal de Pelotas.

ANÁLISE DE MERCADOS LOCAIS DE TRABALHO: DO CONHECIMENTO DA REALIDADE SOCIAL EM DIREÇÃO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

HILBERT DAVID DE OLIVEIRA SOUSA[1]; RAFAELLA EGUES DA ROSA[2]; ANA CRISTINA PORTO FABRES[3]; FRANCISCO E. B. VARGAS[4]

[1]Universidade Federal de Pelotas - UFPel – hdos01@yahoo.com.br
[2]Universidade Federal de Pelotas - UFPel – rafaegues@hotmail.com
[3]Universidade Federal de Pelotas - UFPel – cristinafabres@bol.com.br
[4]Orientador, Universidade Federal de Pelotas – UFPel - fvargas@via-rs.net

1. APRESENTAÇÃO

Este trabalho tem como objetivo apresentar e discutir o monitoramento realizado pelo Observatório Social do Trabalho da atual conjuntura do emprego formal em Pelotas (RS). O Observatório é um projeto de extensão, articulado com o ensino e a pesquisa, vinculado ao Instituto de Filosofia, Sociologia e Política (IFISP) da UFPel, que objetiva monitorar as transformações do trabalho e do mercado de trabalho na região sul do Estado do Rio Grande do Sul, com foco nos municípios de Pelotas e Rio Grande, dois importantes polos econômicos regionais.

O Observatório objetiva, ainda, estimular o debate público e o diálogo social, e assim subsidiar e qualificar o processo de formulação, execução e avaliação de políticas públicas na área de emprego, trabalho e renda (OBSERVATÓRIO SOCIAL DO TRABALHO, 2017). Nesse sentido, as ações do Observatório inserem-se, principalmente, na linha extensionista relativa à temática de desenvolvimento regional.

O Acordo de Cooperação firmado entre o Ministério do Trabalho (MTb) – por meio do Observatório Nacional do Mercado de Trabalho – e a Universidade Federal de Pelotas (UFPel) – por meio do Observatório Social do Trabalho – viabilizou que sua equipe técnica promovesse várias ações voltadas a aprofundar o conhecimento sobre a realidade dos mercados locais de trabalho.

O principal produto são os relatórios técnicos que objetivam descrever as características e tendências desses mercados locais de trabalho, sobretudo no contexto da crise que assola a economia brasileira e seu mercado de trabalho nos últimos anos. As ações da equipe técnica envolvem, também, a apresentação pública e o debate dos dados sistematizados, o que é realizado por meio de reuniões, seminários e entrevistas junto a órgãos de imprensa.

Todas essas ações objetivam estimular e ampliar o debate público e a reflexão sobre as políticas públicas de emprego e renda tanto no âmbito da gestão local, quanto junto à sociedade em geral. Neste sentido, cabe ressaltar a importância do Portal do Observatório enquanto uma importante ferramenta desta ação extensionista. Os dados, relatórios, artigos, etc., divulgados pelo Portal têm suprido, parcialmente, as demandas por informação acerca do mercado de trabalho local, tanto por parte dos gestores públicos, como da imprensa, entidades de trabalhadores e da sociedade em geral.

2. DESENVOLVIMENTO

As atividades de observação de mercados locais de trabalho foram definidas a partir de metodologia proposta no primeiro ano de execução do Acordo de Cooperação com o Ministério do Trabalho. Como as análises estão focalizadas em municípios do interior do país (Pelotas-RS e Rio Grande-RS), para os quais não se dispõem de informações atuais e abrangentes sobre o conjunto de indicadores de mercado de trabalho[1] , decidiu-se focalizar a análise em uma das bases de informação do Ministério do Trabalho, o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).

Esta base abrange apenas o segmento formal da economia, isto é, os estabelecimentos registrados e que prestam informações regulares ao Ministério do Trabalho, de suas movimentações do emprego regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). As informações são declaradas mensalmente pelos estabelecimentos e permitem monitorar o volume total de movimentações, os saldos mensais de emprego, bem como avaliar em que medida os estoques de emprego, totais ou setoriais, crescem ou diminuem.

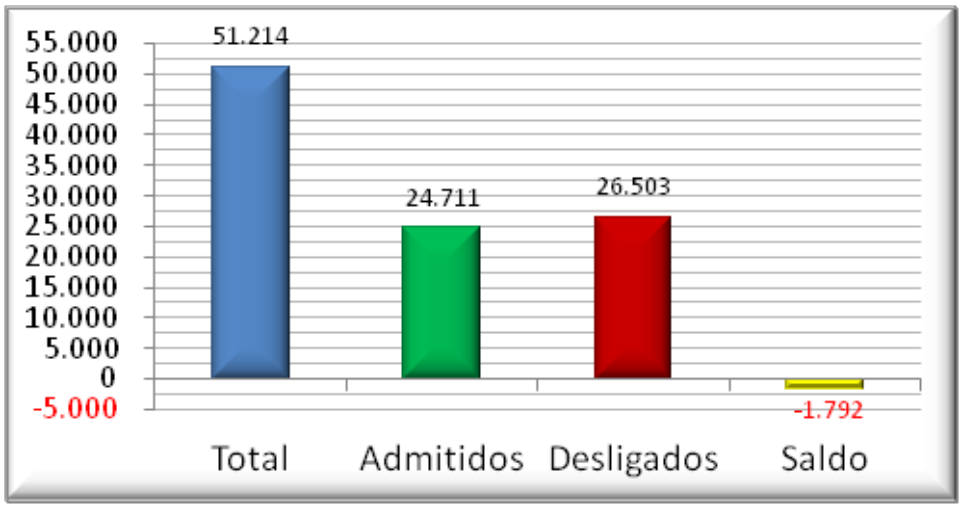
Com base nas informações declaradas ao CAGED é possível, ainda, traçar o perfil dos vínculos movimentados segundo sexo, faixa etária, escolaridade e os rendimentos médios. Todos esses indicadores permitem caracterizar os mercados locais de trabalho e identificar em que medida esses mercados seguem as tendências mais amplas da economia do país. As bases de dados do CAGED estão disponíveis para consulta pública, em sistema on-line, a partir do Portal do Ministério do Trabalho.

1 Esse conjunto de indicadores abrangem aspectos referentes à participação da população nas atividades econômicas, à caracterização do conjunto das ocupações e à caracterização do desemprego.

3. RESULTADOS

Os dados apresentados e analisados, a seguir, referem-se à movimentação do emprego em Pelotas-RS, no ano de 2016, base temporal do primeiro relatório técnico elaborado pela equipe do Observatório. Os próximos relatórios (já em elaboração) terão abrangência temporal semestral, conforme definido no plano de trabalho.

Gráfico 1 - Movimentação do emprego formal, total, admitidos, desligados e saldo, Pelotas, 2016.



Fonte: Ministério do Trabalho (MTb), CAGED.

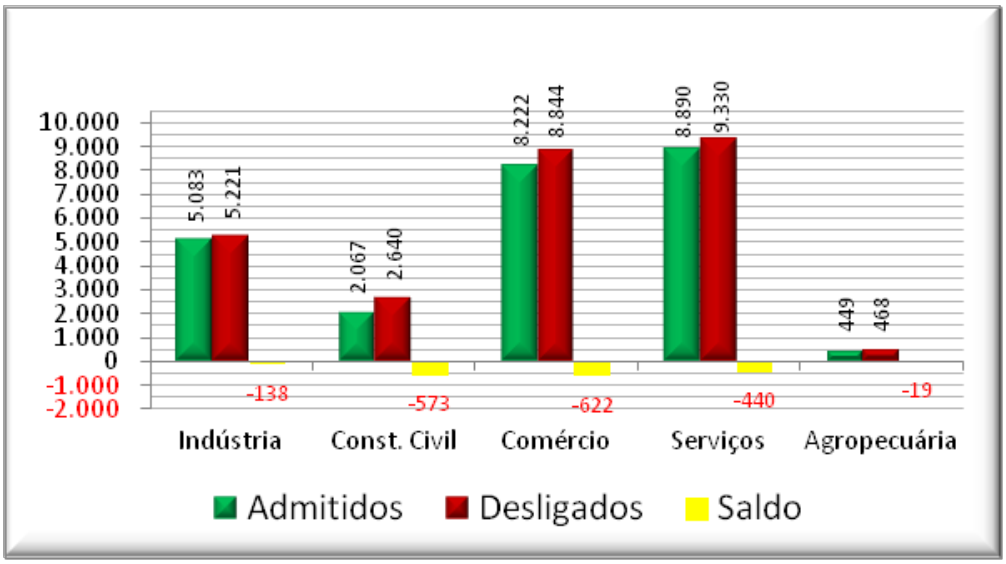
Os dados do CAGED referentes a movimentação mensal do emprego formal ao longo do ano de 2016, em Pelotas, conforme o Gráfico 1, mostram que foram movimentados 51.214 vínculos de emprego, decorrentes de 24.711 admissões e 26.503 desligamentos. São níveis elevados de movimentação e correspondem a 81,5% do estoque total de empregos formais em Pelotas, em dezembro de 2016, que era de 62.854 vínculos. Esses dados revelam que no mercado de trabalho local, assim como no mercado de trabalho brasileiro em geral, observa-se uma elevada rotatividade no emprego, independentemente de se tratar de períodos de crescimento ou de crise econômica.

A movimentação do emprego em Pelotas resultou em um saldo negativo de 1.792 vínculos de emprego, observando-se em nível local a mesma tendência de crise observada no mercado de trabalho do país. Esse saldo negativo representou uma redução de 2,77% no estoque total de vínculos celetistas no período analisado, com a queda de 64.646 vínculos, em dezembro de 2015, para 62.854 vínculos, em dezembro de 2016.

Com base nos estoques em dezembro de 2016, a estrutura setorial do emprego no mercado de trabalho de Pelotas era a seguinte: Serviços (30.435), 48,4%; Comércio (18.939), 30,1%; Indústria (9.218), 14,7%; Construção Civil (3.133), 5%; e, Agropecuária (1.129), 1,8%. Essa estrutura setorial revela um peso elevado das atividades de comércio e serviços que juntas são responsáveis por 78,5% dos empregos formais do município de Pelotas.

Quando se analisa a movimentação dos empregos formais por setor da atividade econômica, conforme o Gráfico 2, observa-se que os setores do comércio e dos serviços são responsáveis por 68,9% do volume total de movimentações. Trata-se de uma participação elevada nas movimentações, mas inferior à participação desses setores no estoque total (78,5%)

Gráfico 2 – Movimentação setorial do emprego formal, admitidos, desligados e saldo, Pelotas, 2016.



Fonte: Ministério do Trabalho (MTb), CAGED.

Por outro lado, a Indústria e a Construção Civil, ao contrário, apesar de terem uma participação bem menor nos estoques (14,7% e 5%, respectivamente), proporcionalmente, apresentam uma participação mais elevada nas movimentações (20,1% e 9,2%, respectivamente). Enfim, esses setores apresentaram níveis mais elevados de rotatividade e foram mais duramente impactados pela crise.

Quando se analisa o perfil das movimentações por sexo, faixa etária e escolaridade, observa-se que prevalece a participação dos homens (56,6%), dos jovens (45,7%) e das pessoas com ensino médio completo e superior incompleto (50,4%)[2]. No entan-

[2] A participação dessas categorias no estoque total de empregos, segundo a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) 2015 é de 53,7%, 27,2% e 46%, respectivamente. A categoria de jovens aqui se refere à faixa etária de 18 a 29 anos de idade.

to, não necessariamente essa participação elevada na movimentação corresponde a uma participação elevada nos saldos negativos.

Os homens foram mais atingidos pela crise do emprego com uma elevada participação no saldo negativo (66,6%). Os jovens, apesar da elevada movimentação, apresentam saldo positivo no final do ano. As categorias de adultos e idosos (30 anos ou mais) foram as mais atingidas pela crise, com os saldos negativos mais elevados.

Essas categorias agrupadas correspondem a 51,9% das movimentações (e 71,8% do estoque total), mas são responsáveis por um saldo negativo de -2.111 vínculos, que é maior do que o saldo ao final do ano, de -1.792. O efeito desse quadro é o rejuvenescimento do estoque de trabalhadores no mercado formal de trabalho de Pelotas.

Os trabalhadores menos escolarizados[3] são proporcionalmente mais afetados pelas demissões. Tomados em conjunto perfazem 65% do saldo negativo, enquanto representam 42,6% da movimentação e 32,6% do estoque total. Os trabalhadores com nível superior completo, que respondem por 21,4% do estoque total de empregos, representam apenas 7% das movimentações e 6,1% do saldo negativo do período, enquanto os com ensino médio completo e superior incompleto, respondem por 50,4% do total da movimentação, 46% do estoque total e 29% do saldo negativo do período.

Por fim, os dados de movimentação revelam importantes desigualdades em termos de remuneração no mercado de trabalho local, como já registrado pela literatura em geral sobre o tema, de forma que as relações de gênero, classe e geração, são importantes mecanismos produtores dessas desigualdades.

A remuneração média dos vínculos movimentados em Pelotas, em 2016, foi de apenas R$ 1.258,56, sendo de R$ 1.213,24 para as admissões e de R$ 1.300,88 para os desligados, ou seja, a remuneração média de admissão correspondia a 93,3% da remuneração média de desligamento. Tal diferença revela que a dinâmica de movimentação e rotatividade tem um importante efeito em termos de redução dos níveis salariais, podendo ser utilizado pelos empregadores como um importante mecanismo de redução de custos de suas atividades econômicas.

No que concerne ao sexo, observa-se que os homens (R$ 1.320,46) apresentam remuneração média da movimentação maior do que as mulheres (R$ 1.177,96). A remuneração média destas, representa cerca de 89% da remuneração masculina e de 93,6% da remuneração média dos vínculos movimentados (R$ 1.258,56).

[3] Ensino fundamental incompleto, ensino fundamental completo e ensino médio incompleto.

4. AVALIAÇÃO

Os dados apresentados sobre as características da movimentação do emprego formal em Pelotas, em 2016, embora parciais, trazem imaportantes informações sobre o mercado local de trabalho, ampliam o conhecimento sobre a realidade local e as possibilidades de intervenção e qualificação das políticas públicas em geral, em particular, as políticas de geração de emprego, trabalho e renda. Os dados servem, também, para dimensionar os desafios que qualquer projeto de desenvolvimento compatível com as necessidades da população local terá que enfrentar para melhorar as condições de funcionamento do mercado de trabalho, e assim reduzir seus níveis de movimentação e rotatividade, diversificar as atividades econômicas, reduzir as desigualdades e qualificar seus trabalhadores.

5. REFERÊNCIAS

OBSERVATÓRIO SOCIAL DO TRABALHO. O Mercado de Trabalho de Pelotas. Relatório Anual – 2016. IFISP/UFPel, Pelotas, maio de 2017. Disponível em: http://wp.ufpel.edu.br/observatoriosocial/estudos-e-analises/relatorios/

IN(TER)VENÇÃO NO COMPLEXO INSTITUCIONAL E ORGANIZACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DE PELOTAS E REGIÃO: RELATO E REFLEXÕES

Iago Marafina de Oliveira[1]; José Ricardo Kreutz[2]

[1]Acadêmico do Curso de Psicologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) - iagomarafinadeoliveira@gmail.com
[2]Professor doutor do Curso de Psicologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) - jrkreutz@gmail.com

1. APRESENTAÇÃO

Este trabalho busca fazer uma (re)avaliação de uma das ações do Núcleo Interdisciplinar de Tecnologias Sociais e Economia Solidária (TECSOL) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), bem como traçar novas possibilidades na atual conjuntura do país. A ação da qual falamos se dá, mais especificamente, no âmbito das in(ter)venções que se utilizam da linguagem audiovisual para produção de sentidos grupais. Antes disso gostaríamos de nos ater a uma breve contextualização.

O ano de 2016 - não muito diferente do que está sendo 2017, foi um ano de duros golpes ao trabalhador(a) brasileiro(a). Políticas de austeridade fiscal, falta de investimentos, perda de direitos e intensificação do conservadorismo são alguns dos aspectos da vigente conjuntura política e socioeconômica do Brasil. Neste cenário, a economia solidária também foi fortemente golpeada e não poderíamos escrever a partir deste local sem considerar tal passagem histórica. Não podemos esquecer, ainda, que de forma alguma isto significa seu enfraquecimento.

As experiências de desemprego e precarização que tivemos no passado, como nos anos 90, levaram uma significativa parcela dos(as) trabalhadores(as) à procura de alternativas. Segundo CRUZ e GUERRA (2009), é possível observar este período sob a forte ampliação do individualismo que marca a economia da violência e da economia informal por um lado e, por outro, a constituição de outras iniciativas econômicas como as associações e cooperativas. É interessante ressaltar que o modo-indivíduo de subjetivação[1] que marca uma também pode se entretecer na outra, pois elas não estão necessariamente separadas.

[1] BARROS (2009) situa o modo indivíduo de subjetivação como lógica dominante de subjetivação desde o século XVIII a partir do advento do capitalismo. Este modo de subjetivação produz profundas reverberações nos sujeitos em um mundo moderno/colonial.

Trazendo o complexo institucional e organizacional de economia solidária a nível regional, é justamente em todo o contexto histórico e político do fim da década de 90 que surge o Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas (NESIC) da Universidade Católica de Pelotas (UCPel) em 1999. Mais tarde, em 2007, surge a Associação de Produtores Bem da Terra (BDT), atualmente composta por 37 empreendimentos de economia solidária. Já o TECSOL é criado em 2011 na UFPel, contando com variados vários projetos sob a coordenação de seus respectivos GTs (Grupos de Trabalho). Desta forma, é juntamente à Associação de Produtores BDT que esta prática extensionista se desenvolve.

2. DESENVOLVIMENTO

A própria associação demandou da universidade uma intervenção em sua assembléia mensal para a melhora das relações interpessoais que até então estavam bastante tensas. Muito se pensou sobre as possibilidades de in(ter)venção até chegar a ideia (sempre em reflexão-construção) de usar a linguagem audiovisual como instrumento. Foi criado coletivamente, então, um cronograma de empreendimentos que teriam suas histórias contadas através de curtas com duração máxima de dez minutos aproximadamente.

Foi dado o nome de “Grupo de Trabalho Vídeo Visita” (GT VV) para o grupo de extensionistas responsáveis pelo projeto. O GT Vídeo Visita se responsabiliza com todo o processo que as ações implicam, desde o contato com os integrantes dos empreendimentos (urbanos e/ou rurais), gravação audiovisual, edição e finalização. Assim que cada vídeo é editado, uma cópia é encaminhada tanto para o empreendimento como para os mediadores que irão fazer a exibição do mesmo na assembléia da associação, disparando as problematizações relevantes para o debate que se sucede. Desta forma, a metodologia da produção audiovisual produz uma série de implicações tanto nas reuniões mensais como nos empreendimentos.

3.RESULTADOS

São os desdobramentos, tanto nas reuniões como nos empreendimentos, aos quais gostaríamos de nos ater neste momento. É importante registrar que esta ação

do TECSOL enquanto incubadora universitária inserida nos movimentos dialéticos da economia solidária e da educação popular vem sendo desenvolvida há um ano e meio aproximadamente. A mesma foi apresentada no III Congresso de Extensão e Cultura de 2016 sob o trabalho "A Linguagem Audiovisual no Complexo Organizacional e Institucional de Economia Solidária de Pelotas e Região", sendo aquele um momento de aprofundamento teórico e metodológico acerca dos afetos-sentidos dos quais estávamos tomados na prática.

Entretanto, como falamos, a in(ter)venção não se restringiu somente a assembleia mensal da Associação de Produtores BDT, local onde o curta é exibido e debatido, pois a visita aos empreendimentos para a captação dos recursos audiovisuais já é em si mesma uma in(ter)venção[2]. Estes encontros produtores-extensionistas, extensionistas-extensionistas e produtores-produtores são marcados por

> intensas sínteses no interior de cada grupo, num parto doloroso, no qual novas relações de trabalho e de vivência relacional tentam instituir e consolidar formas novas de inserção econômica e de convívio social. Esse processo, essencialmente pedagógico, é marcado por uma múltipla dialogicidade: entre os sujeitos do processo (dos trabalhadores associados, dos agentes universitários...), da relação entre passado e futuro, entre teoria e prática; e às vezes, mesmo, por processos dialéticos que antepõem formas contraditórias de ação: solidariedade interna e competitividade externa, inter-cooperação e mercado etc. (CRUZ; GUERRA, 2005, p. 10)

No meio desse processo em constante transformação, foram realizados 11 curtas de 11 empreendimentos, totalizando quase duas horas de material até o momento. Embora a Associação BDT tenha se apropriado da ação em um sentido bastante positivo, muitas vezes começando a disparar o debate sem a mediação dos extensionistas, havia algo que transmitia a sensação de esvaziamento e despotencialização da proposta.

A conjuntura e o período de greve da universidade podem ser analisadores que se atravessam nesta reflexão. Mesmo que as ações da extensão não tivessem parado necessariamente, este momento sócio-histórico reverberou em diversas desarticulações. Já as relações interpessoais nas assembléias da associação melhoram e isto pode ser com-

[2] Segundo CRUZ e GUERRA (2009), sobre a superação da distinção do pesquisador, sujeito e objeto de pesquisa, (re)significações destes termos são necessárias pois sempre incorporam uma visão de mundo e de relação em si. Assim, a suspensão do prefixo "ter" implica na retirada simbólica de um saber próprio para que o mesmo seja coletivo e inventivo, indo de encontro a construção de sentido realizada pelas correntes das pesquisa-ação e/ou pesquisa-intervenção. (KREUTZ, 2003)

preendido tanto a partir das reverberações da própria in(ter)venção, como a partir do processo de eleição de uma nova coordenação para a associação, sendo provavelmente resultado dos dois aspectos.

4. AVALIAÇÃO

Se faz sempre pertinente o aprofundamento tanto técnico como conceitual dos Grupos de Trabalho envolvidos nos processos descritos ao longo deste texto. Isto serve também para que a in(ter)venção não despotencialize seus objetivos impactos, já que é relativamente longa. Para esta problemática, elaboramos a simples questão fundamentada em "o que vocês gostariam de ver no próximo video?" para que a ação mantenha seu caráter ativo.

Como vimos, passados um ano e meio desde o começo do trabalho e com previsão para mais um ano, as implicações são positivas na área relacional da associação. Desta maneira, é possível dizer que o vídeo conseguiu penetrar uma camada de linguagem que vinha sendo verticalizada nas assembleias, fazendo emergir uma camada de linguagem horizontal que seja condizente com os princípios da economia solidária e autogestão no enfrentamento dos ataques do grande capital na atual conjuntura do Brasil.

5. REFERÊNCIAS

Barros, Regina Benevides de. **Grupo: a afirmação de um simulacro**. Porto Alegre: Sulina/Editora da UFRGS, 2009.

CRUZ, Antonio; GUERRA, Janaína da Silva. In: HERBERT, Sérgio et al. **Participação e práticas educativas - a construção coletiva do conhecimento.** São Leopoldo: Oikós, 2009. pp. 90-105.

KREUTZ, J.R. **In(ter)venções em campo de devastação: um problema e três estudos clínicos no pátio do Hospital Psiquiátrico São Pedro**. 2003. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

PROJETO DE VOLEIBOL FEMININO ADESP: INTEGRANDO GERAÇÕES ATRAVÉS DO ESPORTE

JAQUELINE DO AMARAL BOANOVA[1]; LUCIANO VIANA BARBOZA[2]; FERNANDA DE SOUZA TEIXEIRA[3]; JOSÉ ANTONIO BICCA RIBEIRO[4]

[1]*Escola Superior de Educação Física – (ESEF/UFPel) – jack_boanova@hotmail.com*
[2]*Escola Superior de Educação Física – (ESEF/UFPel) – lvbarboza88@gmail.com*
[3]*Escola Superior de Educação Física – (ESEF/UFPel) – fteixeira13@hotmail.com*
[4]*Escola Superior de Educação Física – (ESEF/UFPel) – jantonio.bicca@gmail.com*

1. APRESENTAÇÃO

O voleibol é considerado uma modalidade de esporte coletivo em que o objetivo do jogo consiste em, resumidamente fazer com que a bola caia na quadra adversária, com os jogadores utilizando no máximo três toques ou, fazer com que o adversário não consiga devolver a bola dentro da área de jogo (SANTINI, 2007).

Tanto a prática do voleibol como a de qualquer outra atividade física, tem sido amplamente procurada, devido aos inúmeros benefícios à saúde de seus praticantes, sejam estes, crianças, adolescentes, adultos ou idosos (KNIJNIK; SANTOS, 2006).

O presente trabalho está relacionado ao projeto “ADESP – Voleibol Feminino Master”, vinculado a esta instituição e se insere dentro do campo da Educação, com aspectos ligados a cultura e tem como linha de trabalho o esporte e o lazer.

O projeto ADESP, tem mais de 20 anos de história dentro da universidade, e ao longo dos anos, visou a formação de atletas e de profissionais para trabalhar com o voleibol em diferentes contextos, seja na prática de uma atividade física esportiva ou até mesmo no alto rendimento.

A estrutura do projeto já teve um olhar voltado para a prática de uma atividade esportiva nas décadas de 80 e 90; pensou na formação de categorias de base para o alto rendimento relacionado ao voleibol nas décadas de 80, 90 e anos 2000; abriu as portas da universidade para crianças de diferentes faixas etárias que gostavam de esporte, sob a perspectiva da iniciação esportiva universal, a partir da modalidade voleibol; e criou equipes adultas masculinas e femininas oriundas dos seus projetos de categoria de base para disputar campeonatos no cenário estadual e regional. Podemos inferir que tais fatos influenciaram positivamente no desenvolvimento do esporte na região sul, a formação para o trabalho e para a prática do esporte, e principalmente, proporcionou uma abertura da universidade para a comunidade de diferentes contextos e identidades.

Atualmente o projeto tem o olhar voltado para a equipe de voleibol feminino Master, formada por mulheres da comunidade pelotense, que procuram através do voleibol realizar uma atividade esportiva. Inclusive é possível perceber a presença de atletas remanescentes das diferentes formações do projeto ADESP com o passar dos anos, algo importante para motivar outras pessoas com a mesma característica a participarem do mesmo. Além disso, procuramos atender jovens que tem interesse pela prática de voleibol em faixas etárias mais inferiores, buscando fomentar a conexão de diferentes idades.

Até hoje, dezenas de profissionais foram formados no contexto do voleibol a partir da atuação no projeto como estagiários, onde puderam aliar o que era aprendido na sala de aula (ensino), com as demandas do planejamento e estruturação do que acontecia no projeto (pesquisa) e aplicação de todo o conhecimento junto à comunidade (extensão), garantindo o estabelecimento do processo interdisciplinar e de indissociabilidade que devem estar presentes dentro da universidade.

O objetivo principal da proposta é proporcionar a comunidade pelotense que gosta do esporte, uma prática saudável e adequada de uma atividade esportiva orientada. Nesse âmbito, a atividade de lazer realizada dentro do projeto promove inúmeros benefícios para seus participantes, uma vez que independentemente da idade ou necessidades, consegue praticar o esporte que desperta prazer nos mesmos. Nesse diálogo constante entre lócus e objeto, pretendemos seguir olhando para o lazer não como uma dimensão da vida “entre parênteses”, mas como parte da complexidade da vida cotidiana (STIGGER, 2009).

2. DESENVOLVIMENTO

A prática regular do voleibol contribui para uma melhora no desenvolvimento geral dos indivíduos independentemente da idade, devido à grande riqueza de componentes físicos, psíquicos e sociais envolvidos em sua prática. Além disso, a literatura informa que a prática do voleibol no Brasil, não se concentra apenas em escolas, clubes e seleções por atletas jovens, mas também por ex-atletas de alto rendimento, podendo-se entender que, tal categoria se reconhece na atualidade como “Master” (COLLET et al., 2007).

O projeto “ADESP – Voleibol Feminino Master” se justifica na medida em que busca trabalhar com a formação dos acadêmicos no âmbito da área de treinamento

esportivo, e tal área tem grande relevância no campo da educação física. Além disso, ao aproximar as situações de ensino, pesquisa e extensão, acredita-se que a formação está sendo potencializada: quando provocamos o instinto de pesquisador da prática, mediante situações específicas da prática no treinamento esportivo e conhecimento da modalidade voleibol; através das discussões especificas de atuação no trabalho, a partir do que é produzido na área, mais bagagem experiencial é adquirida; e na aproximação da comunidade pelotense que tem relação com o voleibol, com os acadêmicos que ministram as atividades e participam dos treinos.

E como metas durante este ano de 2017, o projeto visa potencializar a formação de técnicos esportivos na modalidade de voleibol, a partir da experiência com o estágio na comissão técnica da equipe esportiva, e a partir do curso de formação planejado. A partir da participação dos acadêmcos tanto da licenciatura como do bacharelado em Educação Física, buscamos produzir vivências de aprendizagem, no âmbito da preparação física, constituição dos treinos, aspectos metodológicos de atuação bem como, organização do trabalho profissional com a modalidade. Vale destacar que temos ainda como propósito fazer com que esta equipe seja uma forma de exemplo, através da promoção da visibilidade e participação nos campeonatos na região, e que possa fomentar o maior interesse pela prática da modalidade em diferentes faixas etárias. E por fim, através da organização de um campeonato na nossa cidade, acolher outros grupos com o mesmo propósito, promovento a socialização em prol do prazer por esta prática de lazer.

3. RESULTADOS

Dentro do planejamento para este ano de 2017, está a realização dos treinamentos e participação em eventos esportivos municipais, regionais e estaduais; a realização do “I Torneio da Integração Master”, que contemplará equipes de diferentes regiões do estado; e um curso de formação técnica e arbitragem para treinadores de voleibol.

Como resultados concretos, a primeira ação foi e ainda está sendo contemplada, na medida em que conseguimos levar o grupo a diferentes competições na nossa cidade e pelo estado, sendo elas: o I Torneio Master da AABB (São Leopoldo/RS); os Jogos Abertos da cidade de Pelotas (JAP); e a Liga Gaúcha Master, que contempla 13 equipes de todo o estado, sendo os jogos sediados em diferentes lugares do RS. Nas duas primeiras competições apresentadas a equipe sagrou-se campeã, sendo a primeira delas um campeonato exclusivamente formado por equipes Master, e a segunda um torneio aberto da

cidade, onde contamos com a participação de outras mulheres/jovens que integraram a equipe. Com relação à Liga Gaúcha Master, a mesma ainda está em andamento, sendo um total de quatro etapas realizadas, restando ainda três até sua finalização.

Figura 1. Registro da participação da equipe em torneios na cidade e pelo estado

À esquerda, a equipe participando do campeonato estadual master de voleibol no ginásio Tesourinha – POA/RS e à direita a equipe que sagrou-se campeã dos Jogos Abertos de Pelotas (JAP) na edição 2017, composta também por algumas atletas em idade adulta promovendo a integração de gerações.

Considerando a participação neste campeonato conseguimos parcerias importantes com outros grupos de diferentes cidades, que vão auxiliar na concretização de uma das metas para o ano que é a realização de um torneio Master na nossa cidade. Importante destacar que em todas as viagens, contamos com a participação tanto dos acadêmicos, como das atletas e coordenadores do projeto, concretizando uma comunidade de trocas em que foi possível vivenciar situações que só aconteceriam na pratica profissional depois de formados.

Conhecimentos aprendidos na sala de aula em disciplinas puderam ser explorados nestes momentos, como elementos para recuperação muscular, mudanças na tática de jogo, preparação física para as partidas, etc.

Para o segundo semestre, no planejamento está prevista a realização da nossa competição no mês de dezembro, e além disso, seguir com os treinamentos que acontecem nas terças e sextas-feiras das 20-22hs nas dependências da Escola Superior de Educação Física. Ainda está prevista a participação em pelo menos mais três etapas da Liga Master a nível estadual, e duas competições na região de Porto Alegre.

4. AVALIAÇÃO

O contato com um meio distinto ao que o acadêmico está inserido enaltece a formação multidisciplinar contemplando a capacidade de aprender a ensinar enquanto ensina. Garantindo a disseminação daquilo que é aprendido no meio cientifico às comunidades que não possuem acesso a este, de forma condizente com as realidades, exercendo a postura de guia e não de detentor do conhecimento.

Importante salientar que existe um claro desenvolvimento dos alunos envolvidos no projeto, tanto no que diz respeito a organização do planejamento como na atuação frente a gestão dos treinos para a equipe. Além do estudo e pesquisas realizadas para a melhor compressão dos elementos necessários ao jogo e treinamentos, a interação social que fazem com os participantes também proporciona um ganho considerável na sua formação.

Nas ações ou atitudes das pessoas que participam do projeto existe certa liberdade na escolha por aquele espaço/tempo e uma vivência do esporte relacionado à brincadeira, ao divertimento e, em certa medida, a ideia de que o voleibol é um pretexto também para estar naquela rede de sociabilidade.

Essas noções guardam uma determinada representação de lazer entrelaçada com uma concepção de lúdico e de atitude em seu caráter individual de realização, satisFação, liberdade de escolha e – quem sabe – até uma postura crítica construtiva sobre a realidade (MARCELLINO, 2008).

A partir dos diferentes compromissos, exigências e investimentos, procuramos trazer ao debate nas experiências realizadas diferentes questões que fazem parte da prática de lazer para este grupo de mulheres e as motivações que as faz permanecerem conosco, o que de certa forma, baliza nosso trabalho. Envolver-se com o lazer e, em particular, com o esporte dessa forma, parece ser um dos caminhos para manter um nível de tensão e excitação que permeia as escolhas por determinados espaços e tempos. Acreditamos que ao final do período do projeto conseguiremos ampliar ainda mais os ganhos com a execução das atividades previstas, tanto para este grupo em particular, como para a formação dos acadêmicos envolvidos no mesmo.

5. REFERÊNCIAS

COLLET, C.; NASCIMENTO, J. V.; RAMOS, M. H. K.; DONEGÁ, A. L. **Processo de ensino-aprendizagem-treinamento no voleibol infantil masculino em Santa Catarina. Revista da Educação Física, Maringá**, v.18, n.2, p.147-59, 2007.

MARCELLINO, N. C. **Lazer e educação.** 13. ed. Campinas: Papirus, 2008.

STIGGER, M. P. **Lazer, Cultura e Educação: possíveis articulações**. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. Campinas, v. 30, n. 2, p. 73-88, jan. 2009.

SANTINI, J. **Voleibol Escolar:** Da iniciação ao treinamento. Canoas: Ed. ULBRA, 2007.

CONTRIBUIÇÕES À MICROECONOMIA: A FEIRA VIRTUAL BEM DA TERRA

MARIA LAURA VICTÓRIA MARQUES[1]; JOSÉ RICARDO KREUTZ[2]

[1]*Universidade Federal de Pelotas – marialauravmarques@gmail.com*
[2]*Universidade Federal de Pelotas - jrkreutz@gmail.com*

1. APRESENTAÇÃO

As atividades e relações econômicas hegemônicas hoje, possuem características que são resultado de um largo período durante o qual foram submetidas a processos históricos complexos. A fim de manter o objetivo fim da atividade mercadológica - a arrecadação decorrente da produção de um excedente -, "a produção capitalista não é tão somente produção e reprodução de mercadorias e de mais-valia: *é produção e reprodução de relações sociais*" (NETTO; BRAZ, 2007, p.136, grifo do autor).

Frente a este contexto, indivíduos os quais procuram intervir no mundo de forma alternativa e, observando a necessidade de uma nova dinâmica econômica, estão se unindo em grupos locais para agir, discutir e construir uma ética para produção e consumo. Essa intervenção está lastreada numa preocupação coletiva com um possível esgotamento recursos naturais, relações produtivas desiguais que, por sua vez, negligencia à saúde mental, física e a cultura dos agentes econômicos envolvidos, desencadeado, importante salientar, por um processo assimétrico de informações.

Esses coletivos auto organizados, denominam-se Grupos de Consumo Responsável (GCRs), e podem ser conceituados como "experiências de consumidores e produtores organizados que se propõem a transformar seu ato de compra em um ato político, visando à sustentabilidade da própria experiência e ao bem-estar do planeta." (PISTELLI; MASCARENHAS, 2011, p.9). As relações de consumo antes postas, tencionava apenas como o final de uma cadeia alocativa de recursos. Já hoje, em alguns contextos, apresentam possíveis novos cenários a uma economia meramente coisificada em um longo processo histórico.

Dito isto, queremos afirmar a experiência de um coletivo de consumidores situados na cidade de Pelotas e região, o grupo de consumo responsável Feira Virtual Bem da Terra. Esta experiência, pressupõe uma distinta visão sobre a forma o qual devemos consumir, produzindo sentidos muitas vezes opostos aos de consumo em mercados convencionais, gerando também diferentes formas de organizações para que seja possível expressar,

legitimar e consolidar essas estruturas de distribuição e comercialização. A importante reflexão a ser feita, a partir desta experiência, é acerca do contraste das relações econômicas-solidárias com as plenamente difundidas teorias microeconômicas neoclássicas.

A abordagem referida por autores consagrados nos estudos microeconômicos, que tendem a ser as escolas de formação hegemônica nos cursos de graduação e pós-graduação em Economia, possuem uma perspectiva atomizada dos indivíduos, em que estes seriam dotados de uma racionalidade substantiva capaz de levá-lo a escolher a possibilidade maximizadora de sua satisfação. A nossa experiência extensionista, no processo de apoio e assessoramento à Rede Bem da Terra, demonstra que para o GCR, tais ideias são insuficientes para explicar diversas experiências sociais vividas. Para subsidiar teoricamente esta experiência, recuperamos alguns autores, os quais estão adotando novos postulados e metodologias para compreender o comportamento e incentivos das unidades econômicas ao se relacionarem.

Com isso, objetiva também este artigo, apresentar a importância do trabalho extensionista para a detecção de contradições e diferentes perspectivas sobre o estado da arte econômica. Outrossim, apontar a importância deste convívio para potencializar o crescimento técnico-social e científico.

2. DESENVOLVIMENTO

O desdobramento metodológico destes pressupostos presentes na experiência dos GCRs, é resultado da pesquisa-ação realizada no Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Extensão em Tecnologias Sociais e Economia Solidária (TECSOL), como bolsista no setor financeiro do grupo de consumo responsável (GCR) Feira Virtual Bem da Terra. O acompanhamento começou em maio de 2016. A aproximação com o projeto e os agentes envolvidos se deu através da vivência nos espaços deliberativos (tais como Assembleias e conselhos) bem como intensamente em seu cotidiano operacional (em grupos de trabalho).

A construção teórica da argumentação proposta, baseou-se no estudo bibliográfico de autores importantes e consagrados do ensino microeconômico nas universidades brasileiras, Pyndick e Hal R. Varian, relacionando-os com reflexões já realizadas acerca da insuficiência teórica mediante ao cenário de fenômenos econômicos anti-hegemônicos, bem como elaborou Lemaitrê (2007) e Prado (2006). Também preten-

de-se guiar a discussão pelos escritos ensaísticos de Cruz (2004), acerca da necessária construção de uma linha de investigação mais ampla voltada para a economia solidária, tal como fenômeno social que se desenvolve paralelamente à economia *mainstream*.

Para informações mais específicas acerca do perfil, motivação e satisfação dos consumidores pertencentes a este processo de consumo, foram utilizados dados de uma pesquisa realizada com os consumidores do GCR, em novembro de 2016.

3. RESULTADOS

Amparado pelas interpretações possíveis da pesquisa realizada no âmbito do GCR, em linhas gerais, conclui-se que, em dois momentos do estudo participativo, se fez claro que os axiomas da microeconomia tradicional e seus instrumentos metodológicos para analisar o comportamento dos indivíduos no âmbito de suas relações interindividuais, são insuficientes para descrever atividades econômicas em emergência. Nesse sentido fez-se necessário adotarmos o conceito de Prado (2006) que diferencia a microeconomia anteriormente citada, de outra que tentará se aproximar da realidade dos agentes econômicos inseridos neste contexto, a chamada microeconomia evolucionista ou sistêmica. Em síntese, a distinção realizada por Prado (2006) ajusta a concepção do "todo-econômico". Sendo no primeiro caso, entendido como um agregado de interações entre indivíduos, e no segundo, compreendido como as próprias interações dentre os agentes.

Como enunciamos anteriormente, no primeiro dos dois momentos, vamos citar um encaminhamento deliberado em assembleia de consumidores frente a uma redução das receitas mensais decorrente do fim das contribuições financeiras de apoiadores. O grupo enfrentaria dificuldades em solver suas obrigações mensais e a pauta havia sido instrumentalizada com o relatório financeiro semestral e um trabalho estatístico mais elaborado na tentativa de inferir o tempo necessário, *coeteris paribus*, para o GCR encontrar equilíbrio financeiro. A discussão ocorreu de forma bastante estrutural, concluindo que mudanças mais drásticas deveriam ocorrer para que o grupo não sucumbisse às adversidades. Decidiu-se aumentar o valor dos produtos em 5%.

Se partirmos do axioma de que o indivíduo visa sempre migrar de um nível de satisfação menor para um nível de satisfação maior, e isso decorrer da análise de critério preço e quantidade de bens ou serviços consumidos, seria natural pensar que a decisão de elevar o custo de seu consumo não se enquadraria nesse objetivo. O que pode ter concluído algumas pessoas, contudo, o acompanhamento à experiência mostrou que o consumo têm

se mostrado consolidado em um nível estável. Em média 35 consumidores semanalmente buscam o GCR.

Pelo teorizado em Varian (2003) e Pyndick e Rubinfeld (2006), a escolha ótima do consumidor, capaz de respeitar suas preferências, maximizando assim sua satisfação, está condicionado à sua renda e ao preço do bem. Não intento refutá-la, mas sim ampliá-la. Segundo a pesquisa realizada pelo núcleo TECSOL, acerca da motivação dos consumidores, apontou que o preço dos produtos em relação ao mercado convencional é a última motivação à permanência no GCR. Sendo os principais, na realidade, valorização do desenvolvimento local, cuidados com o meio ambiente e saúde (do consumidor e produtor).

Uma segunda análise envolverá a decisão coletiva tomada em janeiro deste ano, que objetivou efetivar os princípios autogestionários no GCR. Isso é, os consumidores passariam a assumir o trabalho realizado para o pleno funcionamento das atividades do grupo e outras responsabilidades inerentes. Essa decisão foi catalisada tendo em vista a fragilização dos núcleos extensionistas universitários que prestam assessoramento ao GCR até o amadurecimento de seu conceito e a prospecção das condições necessárias à sua forma final.

Esse processo implicou na formalização de uma associação com fins educativos (para o consumo responsável)[1] e conta com a difícil tarefa de adequar à rotina dos consumidores a dinâmica de funcionamento do GCR. Demandou, com isso, encontros quase que semanais - foram 5 oficinas, afora reuniões complementares - dentre janeiro a abril, onde todos os consumidores eram convidados a participar e contribuir com a construção desta nova concepção de participação e metodologia de trabalho.

O consumidor ao integrar o GCR, deverá perceber que suas decisões econômicas esbarram nas necessidades gerais do coletivo. Eis então, um indivíduo em que a análise de seu comportamento econômico não poderá ser realizada levando-o em conta isoladamente, e sim como parte de um “composto”, terminologia de Prado (2006). Esse processo de transição autogestionária, como ficou conhecido, apontou para três critérios de participação dos consumidores: trabalho coletivo, autogestão e consumo responsável[2]. Noção esta que concorda com Lemaître (2007), dado que nos leva a revisar os paradigmas econômicos, apontando para outras variáveis de análise microeconômica do indivíduo incluindo, para além das lógicas econômicas, também valores, lastreado por noções de racionalidade coletiva.

[1] A Associação Educacional Para Consumo Responsável Rede Bem da Terra, em março de 2017.

4. AVALIAÇÃO

A economia solidária e suas expressões (neste caso, os GCRs) estão tornando cada vez mais evidente a necessidade de uma revisão acerca dos paradigmas econômicos, como aponta Cruz (2004). A homogeneidade em âmbito acadêmico, que em sua grande maioria, adotam postulados clássicos e neoclássicos, tornam ainda mais veemente esta discussão.

Complexa a leitura deste fenômeno, também torna necessário que alguns fatores estejam presentes na vida acadêmica do estudante. Três em essência: abordagens extensionistas que conectem o acadêmico com a realidade afins à citada anteriormente, a interdisciplinaridade, que aglutine diversos saberes e leituras sobre os acontecimentos e, bem como, ambos anteriores ligados a pesquisa realizada de maneira responsável e verdadeiramente objetivando a contribuição técnico-social.

Os meios para isso - a expansão das grades curriculares, junto a canais efetivos de comunicação entre universidade e comunidade externa - não podem ser negligenciados. A discussão não está esgotada e as vivências ainda estão em andamento. Entretanto, é necessário que a ampliação dos subsídios ao debate acadêmico sejam almejados e prioridade para uma universidade e pesquisador(a) que aspira o fortalecimento e desenvolvimento comunitário.

5. REFERÊNCIAS

CRUZ, A. Economia solidária: a construção de um conceito e a consolidação de um novo objeto de investigação na ciência econômica. In: **Cadernos de Economia (UNOES)**, v. Ano 8. Chapecó: Unochapecó, 2004. pp.93-120.

LEMAÎTRE, A. As organizações da economia solidária: quebrando e interrogando os paradigmas teóricos dominantes nas ciências econômicas. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: “O DISCURSO E A PRÁTICA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA”, 5., São Paulo, 2007. **Anais**… São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007, v.1. Fundo Nacional da Pesquisa Científica na Universidade Católica de Louvain, Bélgica.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia política: Uma introdução crítica.** São Paulo: Cortez Editora, 2007. 3.ed

PISTELLI, R.; MASCARENHAS, T. **Caminhos para a prática de consumo responsável: Organização de Grupos de Consumo Responsável**. São Paulo: Instituto Kairós, 2011.

PRADO, E. **Microeconomia reducionista e microeconomia sistêmica.** Nova economia, Belo Horizonta, n. 16, p. 303-322, 2006.

PYNDICK, R.; RUBINFELD, D. **Microeconomia.** São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006. 6ª Ed.

VARIAN, H. **Microeconomia: Princípios básicos. Uma abordagem moderna**. Rio de Janeiro: Elsevier Editora Ltda, 2003. 7ª Ed.

ASSESSORIA TÉCNICA EM SAÚDE NA PRODUÇÃO LEITEIRA DE BASE AGROECOLÓGICA EM ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA NA REGIÃO SUL DO BRASIL

NATIELE ISAURA DE ALMEIDA VEECK[1]; TÁSSIA GOMES GUIMARÃES[2]; ALESSANDRA JACOMELLI TELES[3]; GIOVANI GIROLOMETTO[4]; LUIZ CARLOS PILZ[5]; LUIZ FILIPE DAMÉ SCHUCH[6]

[1]*Graduanda em Medicina Veterinária UFPel – nativeeck@hotmail.com*
[2]*Mestranda Programa de Pós Graduação Medicina Veterinária - UFPel – tagogui@gmail.com*
[3]*Doutoranda Programa de Pós Graduação Medicina Veterinária - UFPel – ale.teles@gmail.com*
[4]*Universidade Federal de Pelotas – giovanigiro@gmail.com*
[5]*Universidade Federal de Pelotas – romanov26@yahoo.comale.teles@gmail.com*
[6]*Prof. Dpto de Veterinária Preventiva, Faculdade de Veterinária - UFPel – lfdschuch@gmail.com*

1. APRESENTAÇÃO

Durante os anos de 2014 a 2017 realizou-se um acompanhamento de caráter extensionista em áreas de assentamentos da reforma agrária na região sul do Brasil, relacionado à saúde e qualidade do rebanho leiteiro. Essa ação foi uma das atividades desenvolvidas pelo projeto Assessoria Técnica em Saúde na Produção Leiteira de Base Agroecológica em Assentamentos da Reforma Agrária na Região Sul do Brasil, desenvolvido de forma interinstitucional com a Faculdade de Veterinária da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e o Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA).

O projeto compreendia uma amostragem representativa de assentamentos nos Estados do sul do Brasil, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, pretendendo uma avaliação e acompanhamento de unidades de produção. Objetivou diagnosticar aspectos relacionados à saúde coletiva e animal, com ênfase na produção leiteira, proporcionando assistência técnica para o desenvolvimento sustentável com qualidade sanitária em base agroecológica. Para tanto, técnicos a campo eram inseridos nos assentamentos e realizaram atividades extensionistas junto às famílias.

No Rio Grande do Sul, existem 12.436 famílias assentadas em áreas de reforma agrária, distribuídas em 345 projetos de assentamentos (INCRA, 2017). Conforme indicado no SIGRA (2015) 64,86% das famílias com produção animal, dedicavam-se a produção leiteira, perfazendo 6.191 famílias, com produção anual maior que 100 milhões de litros e um total de 31 vacas em lactação. Destas famílias, 71,84% tinham a atividade leiteira para seu autoconsumo e também a comercialização. A faixa produtiva de 46% destas famílias

encontrava-se em até 3.000 litros de leite por ano, enquanto que em 17% a produção era de 3.000 a 12.000 litros, indicando a baixa produtividade da atividade.

A saúde animal perpassa por enfermidades crônicas dos animais e transmissíveis às pessoas que não podem ser admitidas em um manejo agroecológico. Dentre estas, destacam-se a tuberculose e a brucelose, causadoras de importantes prejuízos econômicos para a bovinocultura leiteira, devido a diminuição produtiva, morte de animais e perdas gestacionais, como no caso da brucelose (PNCEBT, 2006).

Condições sociais e políticas para a implementação de um plano de controle de enfermidades infecciosas são chave para a execução com qualidade de atividades de extensão rural. Neste contexto, o objetivo deste trabalho foi realizar uma avaliação da sanidade animal, bem como efetivar ações concretas para solução de problemas de ordem sanitária e legal, com ênfase nas enfermidades crônicas (tuberculose e brucelose) em um assentamento da reforma agrária.

2. DESENVOLVIMENTO

A ação foi realizada no município de Itacurubi, situado na região das missões do Rio Grande do Sul, com uma população de 3.551 habitantes (IBGE, 2015). Foram realizados testes diagnósticos das enfermidades brucelose e tuberculose no assentamento Conquista da Luta, composto por 190 famílias (INCRA, 2006). Primeiramente, foi realizada uma reunião com as famílias assentadas que tinham interesse em realizar os testes em seus rebanhos leiteiros. Esse contato inicial ficou a cargo do técnico do projeto, responsável por esta região, sendo que o mesmo era membro do assentamento.

Naquele momento, 22 famílias optaram em participar da atividade, totalizando 463 bovinos testados para tuberculose e 276 para brucelose. O diagnóstico das enfermidades foi realizado conforme as normas do Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose (PNCEBT), o qual preconiza o impedimento de trânsito animal da unidade de produção (UP), na ocorrência de animais positivos para uma dessas enfermidades. No momento desta ação resultaram três animais reagentes para tuberculose.

O assentamento Conquista da Luta era classificado pela Secretaria Estadual da Agricultura Pecuária e Irrigação do RS (SEAPI) como uma única unidade epidemiológica, o que significa que ocorre em uma unidade familiar reflete em todas as famílias

que a compõe. Dessa forma, todo assentamento ficou impedido fazer qualquer tipo de transação animal.

Diante desta situação foram feitos esforços para solução do problema, através de articulações entre a inspetoria veterinária regional das missões e a coordenação do projeto. Realizou-se o agrupamento ou individualização das famílias em unidades epidemiológicas, a fim de permitir ações de controle individuais dependendo do grau de risco as enfermidades e dos variados sistemas de produção existentes no assentamento. Com isso, foi possível que as famílias que tinham seu rebanho negativo pudessem transitar seus animais livremente e assim emitir Guia de Transporte Animal (GTA). Nos grupos onde houve animais positivos realizou-se o reteste de todos os animais e demais ações para sanidade do rebanho. Ao final concluiu-se a ação, serem todos bovinos negativos para o diagnóstico das enfermidades.

3. RESULTADOS

A Instrução Normativa 62 (2011) da SEAPI regulamenta sobre a sanidade do rebanho bovino leiteiro, estabelecendo um controle rigoroso de brucelose e tuberculose. Assim, as famílias proprietárias dos animais positivos para tuberculose ou brucelose ficam impossibilitadas de vender, comprar ou trocar animais.

Alguns assentamentos da reforma agrária são percebidos pela defesa sanitária como “Unidade Epidemiológica Única”. Isso significa, o que ocorre em uma unidade familiar reflete em todas as famílias que a compõe. Esse foi o caso do assentamento Conquista da Luta. Desta forma, não apenas a família envolvida diretamente, mas todas as que compõem o assentamento ficaram interditadas para entrada e saída de animais, resultando em prejuízo econômico e social importante.

Porém, este projeto de extensão tem como objetivo orientar e auxiliar o assentamento a superar questões que envolvem a subsistência das famílias, como diz Paulo Freire, “a ação da extensão se dá no domínio humano e não do natural, o que equivale dizer que a extensão de seus conhecimentos e de suas técnicas se faz aos homens para que possam transformar melhor o mundo em que estão”.

Schenini et al. (2006) descreve uma situação em Charqueadas/RS onde ocorreram vários casos de tuberculose bovina, obrigando os assentados a sacrificar 50 animais positivos da enfermidade de forma a conter seu avanço. No entanto, a problemática levantada foi que as propriedades adjascentes não teriam o mesmo critério na manutenção da

sanidade dos seus rebanhos, o que sugere um perigo no surgimento de novos focos de contaminação.

Como se refere Tomassino (2009): "... é indispensável à geração de práticas integrais universitárias para contribuir humilde e criticamente a construção de uma nova sociedade". Nesse intuito, o projeto preconizou realizar um diálogo entre a comunidade acadêmica e os assentados da reforma agrária. A troca de saberes relacionou a prática e teoria e, incluiu os educados das Turmas Especiais de Medicina Veterinária (TEMV's), visto o envolvimento direto destes com assentamentos e o seu processo de formação. A contribuição de forma técnica qualificada, multidisciplinar impacta na importância para que os estudantes tenham um olhar amplo dentro dos assentamentos, qualificando a produção e as relações sociais.

As TEMV's - uma já formada e duas em andamento - são turmas de veterinária destinadas a pessoas que tenham vínculo com a reforma agrária, é uma parceria entre a UFPEL, INCRA, PRONERA (Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Esta atividade proporcionou conhecer e vivenciar uma realidade de contato direto com famílias camponesas, com características semelhantes as da nossa base. No entanto, "estávamos do outro lado", do lado acadêmico extensionista, onde conversamos e debatemos assuntos de igual para igual, com a liberdade natural de estarmos na mesma condição social, de assentados. Contudo, estávamos promovendo o conhecimento, de educação sanitária, saúde e condições sócias da situação que ali estava montada.

4. AVALIAÇÃO

A atividade desenvolvida neste assentamento teve como prática o acesso da universidade à sociedade, contribuindo com as demandas de trabalho que estavam reprimidas por falta das circunstâncias objetivas para resolvê-las. No caso descrito, a contribuição foi específica para melhoramento das condições sanitárias da produção animal, além da reordenação sanitária do grupo de famílias que compõem o assentamento junto à SEAPI, permitindo novas ações sanitárias de acordo com o interesse e a característica produtiva de cada família.

Esta experiência nos permite perceber a importância da extensão rural como forma de troca de conhecimentos, mas, sobretudo social, em que a utilização da técnica

cria meios para que a comunidade envolvida consiga resolver questões como a que foi apresentada, de produção, saúde, comércio e tantos problemas que possam aparecer no caminho de qualquer camponês que sempre ficaram a margem da história enquanto que os mais apossados permanecem em vantagem.

5. REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério Da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA. **Instrução Normativa Nº 62.** Brasília 29 de Dezembro de 2011. Disponível em <http://www.piracanjuba.com.br/arquivos/in62.pdf>. Acesso em 26 de junho de 2017.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. **Manual Técnico do Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e da Tuberculose Animal.** Brasília 2006. Disponível em <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Aniamal/programa%20nacional%20sanidade%20brucelose/Manual%20do%20PNCEBT%20-%20Original.pdf>. Acesso em 5 de julho de 2017.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** São Paulo: Editora Paz e Terra, 1977.p11.

IBGE. Cidades/ Rio Grande do Sul / Itacurubi. Instituto Brasileiro de Geografia e **Estatística, 2015.** Disponível em <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=431055&search=riogrande-do-sul|itacurubi|infograficos:-informacoes-completas>. Acesso em 2 de julho de 2017.

INCRA. **Itacurubi (RS) recebe assentados em clima de festa.** Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Brasília, 15 dez. 2006. Disponível em <http://portalantigo.incra.gov.br/index.php/noticias-sala-deimprensa/noticias/7099-itacurubi-rs-recebe-assentados-em-clima-de-festa>. Acesso em 29 de junho de 2017.

INCRA. **Painel dos assentamentos.** Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Brasília, 2016. Disponível em <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>. Acesso em 5 de julho de 2017.

SCHENINI, P. C., PINHEIRO, A. M., ZANELLA, L. C. H., SILVA, F. A., COSTA, A. M. Cooperativas de produção agropecuária do MST: possibilidades e limites como indutora da sustentabilidade dos assentamentos. In: XLIV CONGRESSO DA SOBER "QUESTÕES AGRÁRIAS, EDUCAÇÃO NO CAMPO E DESENVOLVIMENTO", Fortaleza, 2006. Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural.

SIGRA.Sistema Integrado de Gestão Rural da ATES RS , 2015. Porto Alegre, 2016, p.33 e 35.

TOMMASINO, H**.** GENERALIZACION DE LAS PRÁCTICAS INTEGRALES Los aportes de la Extensión para su implementación, Trabalho publicado nos **Anais do "III Congresso Nacional de Extensão Universitária"**, Universidad Nacional Del Litoral, Santa Fé, Argentina, 2009.p 2.

NOVAS NARRATIVAS SOBRE TRABALHO DOMÉSTICO NOS CASARÕES: VISIBILIDADE E RESISTÊNCIA

SIMONE FERNANDES MATHIAS[1]; MARTHA RODRIGUES FERREIRA[2]; MAYSA LUANA SILVA[3]; LOUISE PRADO ALFONSO[4]; FLÁVIA MARIA SILVA RIETH[5]

[1]*Universidade Federal de Pelotas – simonefernandezpel@gmail.com*
[2]*Universidade Federal de Pelotas – martharof@hotmail.com*
[3]*Universidade Federal de Pelotas – maysaluana93@gmail.com*
[4]*Universidade Federal de Pelotas- louise_alfonso@yahoo.com.br*
[5]*Universidade Federal de Pelotas - riethuf@uol.com.br*

1. APRESENTAÇÃO

Este texto traz algumas reflexões propiciadas pela observação participante realizada durante a exposição "Margens: Diferentes formas de habitar Pelotas" elaborada a partir dos resultados do projeto de pesquisa "Margens: Grupos em processo de exclusão e suas formas de habitar Pelotas", em parceria com o projeto de extensão "Trabalho Doméstico, entre o passado e presente: Direitos e Cuidados da Atualidade" ambos desenvolvidos pelo Grupo de Estudos Etnográficos Urbanos (GEEUR). Os processos participativos do projeto de extensão acontecem desde o ano de 2014, naquele momento vinculado ao Museu de Antropologia e Arqueologia da UFPEL (MUARAN).

A exposição ocorreu em um dos Casarões da Praça Coronel Pedro Osório, Casarão 2, onde localiza-se a Secretaria de Cultura de Pelotas (Secult), nos dias 18,19 e 20 de Agosto, durante a comemoração do Dia do Patrimônio. A proposta do módulo "O Trabalho Doméstico entre o passado e o presente: Direitos e Cuidados na Atualidade" foi apresentar e dialogar com as(os) visitantes sobre o trabalho doméstico e as lutas dessas(es) trabalhadoras(es), grupo que comumente não é representado nas instituições culturais tradicionais.

Recentemente, trabalhadoras(es) domésticas(os) vem sofrendo ameaças de retirada de seus direitos, frente a reforma trabalhista, lei 13.467, sancionada em 14/07/2017. Ou seja, direitos que foram gradualmente conquistados, sobretudo, a PEC das domésticas, agora, posta sob risco. Dessa forma, a exposição buscou evidenciar questões deste atual contexto, concomitantemente à articulação com o passado escravocrata, evidenciando as marcas permanentes na caracterização do trabalho doméstico na cidade de Pelotas.

Cabe aqui ressaltar a importância do projeto de extensão que a partir de anos de trabalho em conjunto com as(os) trabalhadoras(es) identificou as demandas por visibilidade

deste grupo. Por meio desta exposição, foi possível levar o tema domésticas(os), para dentro de um casarão, onde a anos atrás a mão de obra escrava foi utilizada sem qualquer reconhecimento, inclusive em narrativas oficiais nega-se a presença de pessoas escravizadas nestas casas. Os mencionados projetos de pesquisa e extensão tem proporcionado tanto para as equipes, quanto para as trabalhadoras, uma reflexão sobre seus saberes e fazeres entre o passado e o presente.

Apesar do notável avanço das leis, o trabalho doméstico continua sendo um trabalho informal. Excluídas da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas). Foi só a partir de 1972 que as trabalhadoras começaram a ter direito a carteira de trabalho, ingressando no campo da previdência social, obtendo finalmente o reconhecimento do Estado, como trabalho (MORI et al. 2011).

Discutir o trabalho doméstico no cenário atual, é de suma importância para analisarmos de que forma, mesmo com a recente PEC das domésticas, sancionada em 2015, trabalhadoras ainda enfrentam dificuldades não somente em relação a aplicabilidade das leis mas também são duplamente invisibilizadas em espaços de prestígio social para a cidade.

2. DESENVOLVIMENTO

Nessa exposição contamos com diversos objetos que foram destacados pelas(os) domésticas(os) durante algumas oficinas que se realizaram em 2014, 2015 e 2016. Objetos que são usados por essas trabalhadoras(os) no dia a dia como baldes, bacias, luvas, produtos de limpeza, esponjas, panos e vassoura foram distribuídos no entorno dos banners, de forma que ficassem visíveis para as (os) visitantes (RODRIGUES et al. 2016).

Também foi apresentada uma carteira de trabalho em um formato maior, para uma melhor visibilidade e impacto ressaltando a importância desta na legitimação deste trabalho, as pessoas que passavam pelo módulo podiam interagir, tocando e olhando a carteira, que continha panfletos sobre os direitos das(os) trabalhadoras(es) domésticas(os), com uma cartilha da previdência social falando sobre os benefícios de todos os cidadãos.

Somado aos objetos, a exposição contou com dois banners, sendo um deles com a logomarca do Projeto de extensão já mencionado e adesivos de carteiras de trabalho,

onde foram colados papéis com narrativas de trabalhadoras(es) e ex-trabalhadoras(es) que visitaram o espaço deixando escritas suas opiniões, frases contando suas vivências, seus desabafos, suas lutas diárias e algumas até citando falas de patrões e patroas. O segundo banner, contava com uma breve narrativa sobre o andamento do projeto durante o ano de 2016, possuindo fotos das oficinas que ocorreram, com frases chaves usadas para uma melhor dinâmica durante a exposição.

3. RESULTADOS

O público da exposição foi formado por representantes do poder público de Pelotas, alunas (os) e professoras (es) de escolas públicas e privadas, sendo estas da cidade e de cidades do entorno, como Arroio Grande, turistas de diversas partes do Brasil e do exterior, mídia falada e escrita e comunidade de Pelotas. Fez-se possível dialogar com diversos grupos da comunidade, propiciando momentos de reflexão sobre a relação entre trabalhadoras (es) domésticas(os) e patrões e patroas, destacando, sobretudo, os preconceitos que envolvem essa categoria.

Durante a visita de alunas (os) da rede pública, questionou-se sobre o que seria o trabalho doméstico? Muitas (os) relataram que têm ligação com trabalhadoras(es) domésticas(os). Pudemos observar que crianças brancas afirmavam ter contato com trabalhadoras (es) domésticas (os) em suas casas, enquanto a maior parte das crianças que disseram ter alguém da família que atua nesta profissão era de descendência negra.

Recebemos também a presença das trabalhadoras(es), que identificaram-se com a exposição, interagindo com os objetos, que foi forte componente na exposição, pois muitas das pessoas que passavam pelo módulo, seguravam os objetos, narrando o uso no cotidiano de suas vidas (THOMAS, 2016), dialogando e questionando sobre os direitos e deveres que foram recentemente colocados sobre ameaça, ao que tange ainda mais a precarização e informalidade do trabalho doméstico. Também, como esta classe de trabalho é constantemente deixada de lado, tendo suas necessidades invisibilizadas em relação às outras profissões que são tidas como mais importantes.

Foi apresentada uma dinâmica de troca de vivências, onde se propôs que todas(os) que trabalham ou já trabalharam nesta profissão, deixassem bilhetes, com suas narrativas em anonimato. Várias trabalhadoras aceitaram a proposta e deixaram seus relatos. Abaixo citamos alguns:

"Minha mãe ao passar ainda hoje pelo casarão se emociona e relembra, os móveis, o piano, cortinas, pátio, árvores… tudo isso de alguma maneira faz parte de sua vida!". Outra deixou destacado: *"Lembro de quando eu trabalhava, que era um trabalho de muita luta sem ser valorizado, muito triste ninguem da valor. Os tempos não mudaram."*

Através de alguns relatos como os acima, é possível perceber a necessidade da continuidade de projetos e pesquisas de extensão relacionadas a esta categoria, promover a visibilidade, auxiliar e ampliar o debate público sobre temas como este, proporcionando um novo olhar para o trabalho doméstico.

Estigmas envolvendo esse trabalho são frutos de contextos escravistas, quando no pós-abolição leis regiam comportamentos e condutas ou seja a vida de pessoas sem direito à fala (COSTA,2013; RODRIGUES,2015).

4. AVALIAÇÃO

Nos anos iniciais do projeto, em 2014 e 2015, foi elaborada uma primeira exposição que objetivava uma reflexão sobre a aprovação da lei de regulamentação do trabalho doméstico. Naquele momento os relatos de trabalhadoras(es) apresentavam uma perspectiva positiva: *"Hoje tá bom, no meu tempo não tinha isso, nem se tinha direitos"*. Enquanto, agora, no ano de 2017, monitoramos a exposição, diante de um retrocesso, sobretudo para a atuação sindical das(os) trabalhadoras(es) domésticas(os). Neste sentido, ressaltamos a importância da temática ser discutida nesse contexto de alteração de direitos trabalhistas. A carteira de trabalho exposta no módulo foi estratégica para pensarmos junto às (aos) visitantes da exposição, as consequências da reforma trabalhista e reflexões sobre as heranças de um passado que, constantemente, evidenciamos no âmbito universitário.

As ações do projeto de extensão têm buscado aproximar a universidade e as(os) trabalhadoras(es) e valorizar suas vivências, neste caso a partir da citada exposição. Ao montar uma exposição abrangendo este tema dentro de um dos casarões, favorece a legitimação das histórias que não são reconhecidas pelas narrativas oficiais, diminuindo os estigmas da profissão. Sem esses diálogos propostos pelo projeto, seria impossível entender as percepções dessas(es) trabalhadoras(es).

Aqui, cabe a nós ressaltar, a resistência, como resposta a partir de práticas cotidianas dessas mulheres. Ações dentro dos casarões, exposições itinerantes sobre

as temáticas, pensando conjuntamente a atuação sindical dessas mulheres na cidade de Pelotas nos mostra, através do pensando de Maria Lugones (2014), a ideia de que, a resistência não pode deixar de ser evidenciada nas pesquisas que abordam questões de raça, gênero e classe. Teorizar sobre resistência nos permite refletir sobre as ações deste projeto de extensão, direcionando nossas ações para as problemáticas do presente e as feridas consequentes do passado.

5. REFERÊNCIAS

MATHIAS, S.F.; Trabalho Doméstico em Pelotas: Construindo ações participativas para visibilizar a profissão. In: **III CONGRESSO DE EXTENSÃO E CULTURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**, Pelotas, 2016.

BRITES, J.; FONSECA, C. Cuidados profesionales en el espacio doméstico: algunas reflexiones desde Brasil - Diálogo entre J. Brites y C. Fonseca. **R. de C. Sociales**. Facultad Latinoam. de C. Sociales. n. 50, Quito, sep/2014, pp.163-174.

COSTA, Ana Paula do A. **Criados de servir: estratégias de sobrevivência na cidade do Rio Grande (1880 – 1894)**. Pelotas: UFPEL – Programa de Pós-Graduação em História (Dissertação de Mestrado), 2013.

RODRIGUES, Marta B.; RIETH, Flávia M. S.; ALFONSO, Louise, P. **Trabalhadoras domésticas em Pelotas: ações participativas fomentando debates para visibilizar a profissão - do passado escravista à atualidade.** UFPel, 2016. (NO PRELO).

MORI, Natalia; BERNARDINO-COSTA, Joaze; FLEISCHER, Soraya. Trabalho doméstico: desafios para a igualdade e valorização. MORI, Natalia et.al. (org). **Tensões e experiências**: um retrato das trabalhadoras domésticas de Brasília e Salvador. Brasília: CFEMEA: MDG3 Fund, p. 15-33, 2011.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista de Estudos Feministas**, vol.22, n.3, p.935-952, 2014.

PROMOÇÃO DE DESENVOLVIMENTO E BEM ESTAR SOCIAL: RELATO DE VIVÊNCIA NA OPERAÇÃO RONDÔNIA CINQUENTENÁRIO EM RIO CRESPO-RO

THAÍS ESTÉRCIO[1]; GISELE CRISTINE HARTWIG[2];
LUCAS MARTINS CHRIST[3] BELNI SPERLUCK BELMONTE;
DÉBORA CRISTINA NICHELLE LOPES; LUCIANA MARINI KOPP

[1]Universidade Federal de Pelotas 1 – thayseloiza@gmail.com1
[2]Universidade Federal de Pelotas – giselehartwig@hotmail.com

1. APRESENTAÇÃO

A extensão dentro das universidades tem sido indispensável para oportunizar aos acadêmicos a vivência efetiva da práxis, fortalecendo assim sua formação inicial. Nessa perspectiva o Projeto Rondon tem se mostrado um dos maiores e mais conhecidos projeto de extensão do país. Segundo o Ministério da Defesa do Brasil (2017), o projeto foi criado em 1967 e durante as décadas de 1970 e 1980, permaneceu em franca atividade, tornando-se conhecido em todo o país. Ainda de acordo com este mesmo Ministério, no final da década de 1980, deixou de ser prioridade para o Governo Federal, sendo extinto em 1989 e, em 2005, com uma nova configuração, o Projeto voltou a figurar na pauta dos programas governamentais, sendo atribuída a sua coordenação ao Ministério da Defesa.

Este projeto permite que o estudante universitário conheça um Brasil distinto daquele dos arredores da universidade, e o mostra as diferentes realidades do País, para que eles possam aplicar os conhecimentos acadêmicos, em benefício de populações necessitadas, e possam ampliar os horizontes enquanto desenvolvem um trabalho social e aprendem com a sabedoria popular. (SANTOS 2011).

A equipe de cada Instituição de Ensino Superior (IES) é composta por dois professores, e oito estudantes de diferentes cursos, para alcançar um dos objetivos do projeto que é a interdisciplinaridade. Esta equipe vai para o município escolhido para atuação.

As atividades são organizadas dentro de Conjuntos chamados de Conjunto (A, B e C). Dentro do conjunto B são propostas atividades ligadas a Tecnologia, Trabalho, Comunicação e Meio Ambiente.

Umas das linhas de atuação do conjunto B são oficinas focadas no trabalho, que tem como objetivo levar as comunidades informação, capacitação, conscientização e alternativas que os auxiliem no dia-a-dia.

Este trabalho tem como objetivo descrever as experiências obtidas no Projeto Rondon operação Rondônia Cinquentenário com enfoque nas oficinas realizadas na área de trabalho no Município de Rio Crespo-RO, pela equipe da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

2. DESENVOLVIMENTO

A operação Rondônia Cinquentenário foi uma edição comemorativa de 50 anos do Projeto Rondon, sendo assim, anteriormente ao deslocamento das universidades às cidades de atuação ocorreram festividades alusivas à data tais como, passeios, palestras e cerimôniais na capital Porto Velho-RO, entre os dias 04 a 09 de julho de 2017. No dia 10 de julho de 2017 foi realizado o deslocamento das IES até as cidades de destino, a equipe da UFPel deslocou-se até Rio Crespo-RO, onde foram realizadas atividades até o dia 21 de julho de 2017, data prevista para o retorno das equipes.

No conjunto B, estavam previstas atividades nas áreas de Tecnologia e Produção, Trabalho, Comunicação e Meio Ambiente. Na área de Tecnologia e produção nossa equipe realizou as seguintes oficinas : Higiene e segurança na produção de alimentos de origem animal e vegetal, Boas práticas na produção animal, Produção de sabão a partir de óleo utilizado e Dinamização de feiras livres.

As oficinas de "*Boas práticas na produção animal*" ocorreram no meio rural sendo repetidas três dias, em diferentes localidades. Houve interação do público presente e uma interessante troca de experiências entre os Rondonistas e os participantes, que fez com que se obtivesse uma avaliação positiva do tema proposto.

As três apresentações com o tema "*Higiene e segurança na produção de alimentos de origem animal e vegetal*" também abrangeram o público da zona rural. Estas oficinas focaram em alternativas práticas e métodos de conservação adequado dos alimentos, que devem ser realizados no dia a dia, mostrando a importância da prevenção através das boas práticas na produção de alimentos e como isso pode influenciar na saúde da população.

As oficinas de "*Produção de sabão a partir de óleo utilizado*" aconteceram na zona rural e também na zona urbana, devido à facilidade de conseguir matéria-prima para elaboração da receita e interesse da população local. As oficinas foram teórico-práticas, com demonstração e conscientização sobre o reaproveitamento de óleos e gorduras utilizados para frituras em suas residências. O objetivo foi apontar o impacto do descarte de óleo de fritura de forma inconsciente no meio ambiente, além da prática de se fazer sabão que possibilitou um aprendizado prático e possibilitou uma alternativa de economia doméstica.

A "*Dinamização de feiras livres*" foi apresentada apenas uma vez para o público da zona urbana, tendo como objetivo capacitar gestores públicos e líderes comunitários, porém devido a pouca procura por parte desses, fez com que a metodologia prevista sofresse algumas modificações para que houvesse um maior entendimento por parte dos participantes.

3. RESULTADOS

O trabalho desenvolvido pela equipe foi extremamente importante para a conscientização da população sobre alguns temas, principalmente para capacitar os participantes na modalidade teórico-prática e mostrá-los o quanto atitudes simples são capazes de trazer benefícios para suas vidas, tais como uma melhor higienização dos alimentos para melhor promoção de saúde, a reutilização do óleo de cozinha na fabricação de sabão e a dinamização de feiras livres fazendo com que seja possível até mesmo melhorar a renda da família.

Já para os alunos integrantes da equipe, as oficinas permitiram exercitar a extensão universitária, que é a ação de uma universidade junto à comunidade, disponibilizando, ao público externo à universidade, o conhecimento adquirido com o ensino e a pesquisa desenvolvidos dentro da universidade.

O contexto da extensão universitária traz para a sociedade grande importância e contribuições, pois apresenta o contato dos acadêmicos com o público em geral, onde as teorias aprendidas em sala de aula se concretizam. A extensão possui papel essencial, tanto na vida dos acadêmicos, que colocam em prática tudo o que aprenderam em sala de aula, quanto na vida das pessoas que usufruem deste aprendizado. Torna-se muito mais gratificante para os que estão na condição do aprender, já que contribuem para um mundo melhor. A população recebe o aprendizado e é beneficiada

no que se diz respeito ao desenvolvimento na vida de cada ser, provocando assim, mudanças sociais.

A expectativa era de que as oficinas iriam ter uma grande procura devido ao fato de as ações terem sido planejadas com antecedência no município, porém ao iniciarmos as atividades verificamos que a procura por parte da comunidade não foi tão significativa quanto o esperado, fazendo então com que apresentasse-mos os temas escolhidos para um público menor. A justificativa da comunidade para o não comparecimento às oficinas é de que não houve divulgação de datas e horários de cada oficina, dificultando então a organização das atividades pessoais ou profissionais de cada um para que fosse possível o comparecimento.

As oficinas de "*Higiene e segurança na produção de alimentos de origem vegetal e animal*" abrangeram 29 participantes, já as de "*Boas práticas na produção animal*" contaram com a participação de 51 pessoas, as demonstrações de "*Produção de sabão a partir de óleo de cozinha*" contaram com a participação de 21 pessoas e a oficina de "Dinamização de feiras livres" com 2 participantes.

4. AVALIAÇÃO

Este projeto mostra-se extremamente importante na formação acadêmica, pois através dele o estudante tem a oportunidade de vivenciar outra realidade, muitas vezes distante dos horizontes já desbravados. Esta vivência permite colocar em prática o aprendizado teórico que obteve na sua graduação e concomitante a isso contribuir para desenvolvimento da população local.

Apesar de não ter alcançado o público almejado, os participantes que ali estavam mostraram-se muito participativos e isso motivou toda a equipe. Espera-se ter despertado a curiosidade por buscar cada vez mais conhecimento e passá-lo a diante.

As oficinas e a participação do projeto na comunidade despertou ânimo e o interesse em buscar informações que facilitem o dia-a-dia através de alternativas simples.

A operação realizada em Rio Crespo deixou em todos um gosto de "quero mais", pois os laços estabelecidos, tanto com a população da comunidade, como entre equipes vão além do projeto, pois mesmo após o retorno mantivemos contato tanto com a comunidade, como entre as equipes. Esta experiência e as amizades construídas ficarão marcadas na vida de cada um.

5. REFERÊNCIAS

SANTOS, E.; Projeto Rondon lição de vida e cidadania. **Revista da Cultura.** N.21. 2011

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Projeto Rondon.** Programas Sociais, Acessado em 01 out. 20017. Online. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/programas-sociais/projeto-rondon>.

ETNODESENVOLVIMENTO E EMPODERAMENTO EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS E INDÍGENAS

VERIDIANA OLIVEIRA[1], LANNI LOURENÇO[2], NATÁLIA AZEVEDO PEREIRA[3], LORI ALTMANN[4],ROSANE APARECIDA RUBERT[5]

[1]DAA/UFPel – veridiana.rosaoliveira@gmail.com
[2]DAA/UFPel – lannibraga@gmail.com
[3]IFISP/UFPel – natiazevedop@gmail.com
[4]DAA/UFPel – lori.altmann@yahoo.com
[5]DAA/UFPel – rosanerubert@gmail.com

1. APRESENTAÇÃO

Este trabalho tem como objetivo expor as ações realizadas no projeto de extensão "Etnodesenvolvimento e direitos culturais em comunidades quilombolas e indígenas". Os grupos abrangidos pelo projeto, no ano de

2017, são: comunidades quilombolas de Piratini; comunidade de Maçambique (Canguçu); comunidade de remanescentes indígenas do Costa do Bica e Paredão (Piratini); comunidade Vó Elvira (Pelotas). Nestas comunidades são realizadas interlocuções com vistas à geração de renda, melhoria da qualidade de vida, em diálogo com seus padrões culturais e concepções próprias de bem-estar. Neste ano, portanto, o destaque do projeto tem sido na área temática do trabalho.

Uma das atividades que se destaca é a organização de grupos de artesãs para a confecção de artesanatos que valorizem seus saberes e habilidades, ao mesmo tempo, são inseridas técnicas e materiais novos, de acordo com expectativas e demandas apontadas pelos próprios grupos. Estas atividades vem sendo realizadas especificamente nas comunidades de Maçambique (Canguçu), Vó Elvira (Pelotas), Raulino Lessa e Nicanor da Luz (Piratini). Em outras comunidades quilombolas de Piratini realizam-se, de forma secundária, atividades que visam a reconstituição de memórias e o fortalecimento político, o que se dá, sobretudo, por meio da participação em um fórum mensal que reúne representantes destas comunidades. Nas comunidades Costa do Bica e Paredão, houve o envolvimento com um projeto de construção de hortas coletivas, o qual foi financiado pela CÁRITAS/Pelotas, cujo objetivo era a melhoria da segurança alimentar. A mediação no encaminhamento de projetos de financiamento de materiais para a CÁRITAS ocorreu também junto aos grupos de artesãs

de Piratini e de Maçambique (Canguçu). As ações realizadas nas comunidades de Piratini o são em parceria com a Pastoral Afro-Brasileira daquele município.

Nos últimos anos, os cursos de Ciências Humanas tem tido uma preocupação em dar visibilidade a grupos exclusos, mas há dificuldades em alastrar essa concepção por toda a universidade, por conta disso o projeto preza pela interdisciplinaridade. A equipe é formada por estudantes e profissionais de diversas áreas: Antropologia, Ciências Sociais, Designer, Museologia e Pedagogia, cada um destes integrantes contribuindo com suas competências e habilidades, trazendo observações distintas sobre os mesmos contextos de atuação. Ocorre ainda a interação com profissionais de outras áreas, que atuam em órgãos públicos ou da sociedade civil, com os quais o projeto se comunica, como CÁRITAS e EMATER.

O projeto assessora a organização dos grupos de artesãs a partir dos princípios da economia solidária e criativa, inserindo metodologias de gestão financeira e do processo de trabalho. Busca-se a construção de redes de solidariedade, que garantam a doação de materiais para a produção – como retalhos de tecidos e linhas –, assim como equipamentos já usados (como máquinas de costura). Outra atividade tem sido a construção da identidade visual para os grupos e seus respectivos produtos, como logomarcas que são usadas em etiquetas, banners, etc. Finalmente, a busca por espaços alternativos de comercialização deu ensejo para a realização das Feiras de Artesanato Quilombola, geralmente associadas a outros eventos acadêmicos ou culturais, nas cidades de Pelotas, Piratini e Canguçu.

O foco é o empoderamento destas mulheres, tanto econômica quanto socialmente, contribuindo para sua autoestima, visibilidade política e fortalecimento das respectivas Associações Quilombolas. Além da valorização da memória e preservação da cultura. Isso tem nos ensinado a construir e, quando necessário, desconstruir alguns paradigmas, tornando nosso conhecimento e aprendizado mais amplo, dialógico e simétrico.

2. DESENVOLVIMENTO

Os remanescentes de indígenas e quilombolas, apesar de suas diversas subjetividades e identificações singulares, assemelham-se em muitos aspectos no que diz respeito ao seu reconhecimento como sujeitos de direitos diferenciados (LEITE, 2000, p. 333). Resguardadas as suas especificidades, a luta pela

demarcação das terras tradicionalmente ocupadas é um ponto comum e crucial para a manutenção das suas formas de reprodução social. A antropóloga Ilka Boaventura Leite (2000, p. 334) afirma que: "Em diversas situações, índios e negros, por vezes aliados – lutaram desde o início, da ocupação e exploração do continente – contra os vários procedimentos de expropriação de seus corpos, bens e direitos."

Essas comunidades tradicionais, no RS, sofreram processos de esbulhos territoriais desde períodos remotos, deixando-as em uma relação de desigualdade com a sociedade regional, além de gerar invisibilidade social. As comunidades com as quais atua-se, são caracterizadas pela baixa renda, acesso precário à terra para plantio e vínculos empregatícios vulneráveis. Esses grupos historicamente ficaram à margem de políticas sociais básicas, como o acesso à saúde e educação de qualidade, assistência técnica, dentre outros serviços importantes para a qualificação de uma condição de cidadania. Paul Little, apoiado em Rodolfo Stavenhagem, esclarece que o termo etnodesenvolvimento refere, concomitantemente, o desenvolvimento econômico de um grupo étnico específico e o desenvolvimento da etnicidade, sendo que ambas dimensões estão dialiticamente relacionadas:

> [...] o desenvolvimento da etnicidade sem um correspondente avanço no plano econômico só promoveria a existência de grupo étnico marginal e pobre; e um desenvolvimento econômico que destrói as bases da etnicidade de um grupo representaria uma volta à hegemonia da modernização que foi altamente destruidora da diversidade cultural (LITTLE, 2002, p. 39-40).

As atividades ocorrem por meio de visitas periódicas, ocasiões de convivência com os grupos. Especialmente nos grupos de artesãs, enquanto as atividades são desenvolvidas, interage-se com universos permeados por valores e princípios organizacionais diversos, enriquecendo-se mutuamente os horizontes culturais das partes envolvidas. Estas ocasiões são fundamentais para a compreensão das necessidades dos grupos, tanto como de suas experiências, trajetórias, habilidades, expectativas e sonhos, confluindo-se para a construção de "quadros significativos comuns" que tonam viáveis a comunicação intersubjetiva (FREIRE, 1983).

A afirmação da etnicidade é apoiada por meio do incentivo à produção de peças artesanais que valorizem o pertencimento étnico-racial, como a fabricação de bonecas negras e de estampas em sacolas com motivos étnicos. Este processo de

autoafirmação encontra ecos na comercialização. Na produção de bonecas negras na comunidade de Maçambique, por exemplo, inicialmente as mulheres resistiam a fazê-lo, e usavam mais o tecido marrom, por não acharem a cor preta bonita. Ao participarem de feiras em Pelotas, porém, suas bonecas eram elogiadas, mas compradores/as procuravam e elogiavam mais as bonecas pretas. Esta situação gerou discussões dentro do grupo sobre racismo e sobre o quanto tinham dificuldade de valorizarem a sua própria cor, havendo a partir de então um uso maior do tecido preto. Diante do declínio das políticas direcionadas para as comunidades quilombolas nos últimos anos, as atividades realizadas pelas artesãs, nesta comunidade, é o que a mantém ativa.

O projeto "Produção Ecológica de Alimentos", desenvolvido nas comunidades Paredão e Costa do Bica, foi elaborado a partir da escuta realizada em reuniões, intermediadas pela Associação local de moradores. A compra de materiais industrializados foi viabilizada pela CÁRITAS (tela e arame), e outros foram providenciados pelas próprias famílias (moirões de madeira). Como as famílias residem distantes umas das outras, não foi viável a construção de uma única horta coletiva, pois dificultaria o seu cuidado e usos. Optou-se pela construção de hortas por núcleos de moradores, articulando-se famílias que residiam próximas. Contemplou-se também, no projeto, uma oficina sobre produção de hortaliças, a qual foi proporcionada pelo SENAR. Busca-se, nesse sentido, uma interação entre conhecimentos tradicionais e conhecimentos acadêmicos, pautada no princípio da intercientificidade (LITTLE, 2010), com vistas a um processo de desconstrução de assimetrias entre estas formas de saber.

3. RESULTADOS

São diversos os resultados das ações, e pelo seu caráter qualitativo, difíceis de serem enumerados com precisão. O auxílio na organização das Feiras de Artesanato Quilombola fez delas eventos já bastante estimados por segmentos da população pelotense. Houve a conquista de parcerias e

espaços importantes: Piquenique Cultural, Mercado das Pulgas, Loja Artesanias do Mercado Público, prédios do Anglo e ICH, na UFPEL, etc. Outra estratégia foi solicitar espaços junto a eventos acadêmicos para a instalá-las, o que vem ocasionando um movimento inverso: organizadores dos eventos vêm

procurando as artesãs para que elas ocupem esses espaços! Há um processo em curso de crescente reconhecimento público dos grupos e suas respectivas comunidades, inclusive, por alguns meios de comunicação. O público em geral não conhece essas comunidades e ao ver estas feiras e produtos, a curiosidade é desperta, dando vazão, muitas vezes, para o diálogo direto com as artesãs, buscando conhecer um pouco mais sobre suas vidas e os locais de onde vêm. As feiras são uma oportunidade para a desconstrução de visões estereotipadas sobre estes grupos e construção de um senso de solidariedade.

No grupo de artesãs de Piratini, em particular, as atividades vêm chamando a atenção do poder público local, ocorrendo visita do Prefeito e vereadores ao local de trabalho das artesãs, gerando oportunidades para que explicitem algumas demandas que são fundamentais para o bem-estar das famílias: a melhoria das estradas; a escassez dos horários de ônibus, que dificulta o deslocamento até a cidade; a precariedade do saneamento básico, etc.

4. AVALIAÇÃO

Avalia-se que as ações de extensão aqui expostas são impulsionadoras de mudanças pequenas, mas significativas porque estabelecidas em uma relação de diálogo com os grupos que fazem a vez de “público-alvo”. As pessoas que fazem parte dos grupos são desafiadas no seu senso de capacidade, auto-organização, autoconfiança, etc., mas os integrantes da equipe do projeto também, especialmente no que tange à compreensão de realidades que são geograficamente próximas, mas ao mesmo tempo, bem distintas nos aspectos socioeconômicos e histórico-culturais. Avalia-se que aprender a respeitar estes outros mundos só é possível por meio da convivência direta, embora o conhecimento teórico seja um guia importante. Trocas de conhecimentos somam-se às trocas de afetos, contribuindo para a formação de profissionais com um compromisso de cidadania e humanista.

5. REFERÊNCIA

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. **Etnográfica**, v.4, n.2. Lisboa, 2000.

LITTLE, Paul. Etnodesenvolvimento local: autonomia cultural na era do neoliberalismo global. **Tellus**, ano 2, n. 3, p. 33-52. Campo Grande, 2002.

LITTLE, Paul. **Os conhecimentos tradicionais no marco da intercientificidade.** In: LITTLE, P. (org.). Conhecimentos tradicionais para o século XXI: etnografias da intercientificidade. São Paulo: Annablume, 2010.